

Presidente da Mesa: Se calhar, podemos começar.

Quem é que está do público para intervir? Há alguém do público para intervir? Não havendo aqui intervenções do público, passamos ao **Período de antes da ordem do dia**.

Temos aqui várias moções apresentadas. Eu não sei se pretendem proceder à leitura, ou não, ou a uma apresentação. Eu talvez sugerisse que cada Grupo fizesse a apresentação das moções que apresentaram, por ordem – se quiserem ler, leem; se não quiserem ler, fazem só uma apresentação genérica.

E começaria por ordem, do maior para o mais pequeno. Vou dar a palavra ao Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata – não sei se depois também ao CDS, uma vez que as moções são conjuntas, do PSD e também subscritas pelo CDS.

José Matos Rosa (PSD): Sr. Presidente, queria começar por cumprimentar os membros da Assembleia de Freguesia, também os membros do Executivo, o Sr. Presidente e a própria Mesa, bem como todos os fregueses e os habitantes que estão aqui connosco a assistir a esta reunião da Assembleia de Freguesia.

Como é normal, eu não vou ler, todos temos a moção, podemos também distribuir àqueles que estão aqui connosco hoje a assistir à reunião. É uma moção muito simples sobre o 25 de abril que, no fundo, salienta o papel de tudo o que foi o 25 de abril na construção do Poder Local Democrático. O Poder Local Democrático, as Câmaras, Assembleias Municipais, Assembleias de Freguesia, pela proximidade que têm dos eleitores e das pessoas, é uma das vitórias e dos ganhos principais do 25 de abril, pelo que para mim, pessoalmente – e aqui, se me permitem os companheiros e colegas de Bancada, eu acho que há duas grandes vitórias do 25 de abril: é o Poder Local e o Serviço Nacional de Saúde ??? porque tenho alguma ligação a esta área, não sendo um agente da própria área. E é dentro deste tema que nós fizemos esta moção relativa ao 25 de abril, e também esta ligação ao Poder Local Democrático e a toda a sua evolução, e também aqui lembrando as Juntas de Freguesia.

Sobre o 1.º de maio, não podíamos deixar, porque não vamos ter reunião entretanto, lembrar os ganhos que tivemos também em termos laborais, em termos daquilo que representa o 1.º de maio, em termos do que representou no início, em 1 de maio de 1886, nos Estados Unidos, e aquilo que trouxe até hoje a Portugal e aos portugueses, os ganhos que teve, lembrando que das primeiras grandes movimentações a seguir ao 25 de abril foi o 1.º de maio, foram manifestações brutais em todo o país, e que fizeram com que todos nós participássemos de uma forma genuína em todas essas manifestações, e percebêssemos aquilo que estava em causa também, em relação ao trabalho, à Legislação laboral, e a tudo aquilo que está relacionado com o trabalho.

E portanto, nós também não podíamos deixar passar esta data importantíssima, e deixar também aqui uma moção que achamos que era importante.

E esta era a apresentação que queria fazer, de uma forma singela.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Para o mesmo efeito – de resto, o Grupo do Partido Socialista apresenta também uma moção relativa ao 25 de abril, uma relativa ao 1.º de maio, e ainda uma moção de solidariedade para com o povo moçambicano, em função da tragédia ocorrida.

E portanto, dou a palavra ao Grupo do Partido Socialista para gerir o tempo como entenderem – não sei se será a mesma pessoa a apresentar as três moções; se quiserem repartir o tempo, também podem.

Fernanda Santos (PS): Muito boa noite. Apresento os cumprimentos à Mesa, ao Executivo, aos colegas e aos presentes aqui hoje, nesta noite de 24 de abril, em que se celebra o 25 de abril, praticamente.

E por isso, nós queríamos apresentar uma moção, em que, acima de tudo, aquilo que gostaríamos de enaltecer é a memória do 25 de abril, aquilo que o 25 de abril e as suas conquistas representam, e o quanto é importante honrar a memória do 25 de abril.

E neste sentido, aquilo que solicitamos na nossa moção é que se delibere nesta Assembleia a saudação deste aniversário da Revolução dos Cravos, que foi levada a cabo pelos Capitães de Abril em 25 de abril de 1974, e que trouxe a liberdade aos cidadãos portugueses e a instauração da democracia em Portugal. Também gostaríamos que esta Assembleia deliberasse para que houvesse uma maior participação, e que haja um apelo à participação dos cidadãos nas comemorações do 25 de abril, para reavivar sempre esta memória e estas conquistas. E ainda, que se saúde calorosamente os militares que participaram na revolução do 25 de abril, e que generosamente entregaram aos portugueses um país livre e democrático. E ainda, que esta moção seja dada a conhecer à Associação 25 de Abril.

Também gostaríamos de ter um voto sobre uma saudação ao 1.º de maio, uma data que também se aproxima, e que é uma data relevante para os direitos dos trabalhadores e para as conquistas alcançadas para os mesmos. E nesse sentido, procuramos com este voto que haja uma deliberação também desta Assembleia para uma saudação a esta data, para que se faça votos para que seja um momento agregador de várias gerações, saudando neste dia a coragem de todas as mulheres e homens que exigem dignidade laboral, a defesa da democracia e do desenvolvimento pelo progresso social, a defesa do emprego, salário ou pensão, e da prestação de serviço público, que diariamente relembram que estas conquistas não podem ser esquecidas, sob pena de regressão social e civilizacional.

Também consideramos que é importante deliberar, aprovar, e realizar este voto nesta Assembleia, para pugnar para que os direitos e garantias dos trabalhadores, conseguidos com a revolução de abril, sejam e continuem a ser uma realidade. E ainda remeter o voto ao Presidente da República, ao Presidente da Assembleia da República, aos Grupos Parlamentares na Assembleia da República, ao Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, à Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa,

à União Geral dos Trabalhadores e à Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses.

O Partido Socialista também apresenta uma moção de solidariedade para com o povo de Moçambique, afetado nos passados dias 14 e 15 de março com o ciclone Idai, e que teve efeitos devastadores, sobretudo na cidade da Beira. Foi um flagelo que atingiu este país, este povo, e que resulta de uma injustiça ambiental que neste momento se vive, em que estes povos mais desfavorecidos são as verdadeiras vítimas destes flagelos e destas situações, destas catástrofes naturais, sem que muitas vezes tenham, na verdade, contribuído para os mesmos.

Aquilo que se verificou com esta catástrofe em Moçambique é que atingiu estradas, escolas, habitações, mercados, culturas agrícolas, e que causou a morte de seiscentas pessoas, e mais de mil e seiscentos feridos.

Na convicção de representar o sentimento de profunda consternação da comunidade local, os eleitos do Partido Socialista na Assembleia de Freguesia de Belém propõem que a Assembleia delibere aprovar um voto de pesar e de solidariedade ao povo moçambicano pela perda de vidas humanas, bem como pela destruição causada pela passagem do ciclone Idai, e remeter o presente voto de pesar e solidariedade à Embaixada da República de Moçambique em Lisboa.

Obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Também para apresentar duas moções, uma relativa ao 25 de abril, e outra relativa à qualificação do serviço público de transportes na Área Metropolitana de Lisboa, o representante do PCP. Tem a palavra, se faz favor.

Josué Caldeira (PCP): Boa noite. Obrigado, Sr. Presidente. Uma saudação a todos os membros da Assembleia de Freguesia, ao corpo do Executivo da Junta, e a todos os populares presentes nesta Assembleia.

O PCP apresenta duas moções a esta Assembleia. Eu começaria por uma apresentação muito sumária da moção relativa ao desenvolvimento e qualificação do serviço público de transportes na Área Metropolitana de Lisboa. Como todos saberão, recentemente foi decidida uma grande alteração no sistema de tarifário, no sistema de passes na Área Metropolitana de Lisboa e do Porto, com a criação e com o alargamento do passe social intermodal a todos os operadores, a todas as carreiras e a todo o território da Área Metropolitana. Isto é uma das maiores alterações, senão mesmo a maior alteração ocorrida no serviço público de transportes na Área Metropolitana de Lisboa, com impacto significativo ao nível do orçamento disponível das famílias, nomeadamente dos mais carenciados e dos trabalhadores, aqueles que mais utilizam os transportes públicos.

E portanto, a moção vai nesse sentido, de saudar o passe social intermodal e o seu alargamento, saudar todos aqueles que estiveram empenhados na concretização desta grande alteração do sistema tarifário, é uma tarefa e uma luta já de há muito

tempo, em que o PCP tem estado envolvido, nomeadamente com outras forças políticas associadas.

Relativamente à moção do 25 de abril, eu gostaria de a fazer acompanhar da leitura da seguinte nota:

“Relembrar e celebrar abril é sempre importante. Celebrar abril acontece quando cada um de nós quiser, sempre que nós quisermos. Relembremos, pois, e celebremos o quadragésimo quinto aniversário do 25 de abril, neste dia 24 de abril de 2019. Preparemo-nos para ouvir, daqui a pouco – serão mais ou menos dez horas e cinquenta e cinco minutos – “E depois do adeus”, para que se siga, já na noite iluminada pela liberdade, “Grândola Vila Morena, o povo é quem mais ordena”. Ouçamos uma vez mais o primeiro comunicado do MFA, aqui Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas; sigamos os rapazes dos tanques na ocupação da EPAM, do Aeroporto de Lisboa, do Rádio Clube Português, da Emissora Nacional, da RTP. Depois, virá o quinto comunicado do MFA: “As forças armadas desencadearam na madrugada de hoje uma série de ações com vista à libertação do país do regime que há longo tempo o domina.”

A aliança povo / MFA fez o resto da festa. O 25 de abril e o 24 de abril são duas faces da mesma realidade social. O passado e o futuro de Portugal do séc. XXI confrontaram-se naquela madrugada. As forças do 25 de abril viraram a página da história de Portugal, a caminho de um Portugal de futuro.

Na conjuntura histórica que vivemos, sabemos que o fascismo e as forças do fascismo não estão erradicados. Aqui em Portugal, em vários países por esta Europa fora, na América Latina, vão irrompendo movimentos que testemunham que o perigo fascista anda por aí.

Por tudo isto, mesmo nesta noite de 24 de abril de 2019, é fundamental a todas as forças democráticas, populares e progressistas gritar sem hesitações: “25 de abril sempre! Fascismo nunca mais!”

A moção é clara, e acompanha muitas ideias que estão aqui, e que foram expressas.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Pergunto se há mais alguma intervenção sobre esta matéria.

Não havendo mais intervenções, passo à votação das moções.

A primeira a ser votada é a moção “25 de abril”, subscrita pelo Partido Social Democrata e pelo CDS-PP. Quem vota a favor? Quem vota contra? Não sobra ninguém, não há abstenções. Foi aprovada, com onze (11) votos a favor, e um (1) voto contra. Se calhar no final, talvez simplifique um bocadinho.

Moção apresentada também pelo PSD e CDS-PP relativa ao 1.º de maio. Quem vota a favor? A favor foram os mesmos. Quem vota contra? Abstenção?

Moção de saudação pelo 45.º aniversário do 25 de abril, apresentada pelo Partido Socialista. Quem vota a favor? Não há votos contra, nem abstenções, aprovada por unanimidade.

Moção também apresentada pelo Partido Socialista, relativa ao 1.º de maio. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Aprovada também por unanimidade.

Moção do Partido Socialista de solidariedade para com o povo de Moçambique. Quem vota a favor? Quem se abstém? Quem vota contra? Igualmente aprovada por unanimidade.

Moção do PCP relativa ao 45.º aniversário da Revolução de Abril. Quem vota a favor? Quem se abstém? Quem vota contra? Portanto, tem cinco (5) votos a favor, cinco (5) votos contra, e duas (2) abstenções. Eu confluí o meu voto com o voto do CDS-PP, por princípio. Portanto, não foi aprovada.

A última moção é a moção do PCP relativa ao desenvolvimento e qualificação do serviço público de transporte na Área Metropolitana de Lisboa. Quem vota a favor? Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada, com os votos favoráveis do PCP e do Partido Socialista, e com abstenções dos restantes membros.

Vou dar a palavra para declarações de voto. O PCP já tinha pedido, mas penso que podemos seguir a ordem, ou como preferirem. PSD, então, primeiro.

José Matos Rosa (PSD): Sr. Presidente, obrigado.

Sobre as votações favoravelmente, acho que foram moções apresentadas por Partidos fundadores da democracia, que sempre lutaram, que de uma forma ou de outra partilharam com o povo português, que é o verdadeiro detentor daquilo que é o espírito de abril – o 25 de abril não é de ninguém; é de todos os portugueses, de todos os Partidos, de todos os movimentos da sociedade civil, e não tem dono, ao contrário do que muitas vezes se quer fazer crer. Isso levou-nos a, de uma forma ou de outra, e com a carga ideológica que tinha, termos que votar contra a moção do PCP.

Quanto à outra moção do PCP, em que nos abstivemos, queria referir, em relação aos passes, que é uma boa medida, uma medida que abrange muita gente, que auxilia, que poupa muito dinheiro a muitos utentes dos transportes públicos, que fará num futuro próximo também com que haja mais utentes dos transportes públicos, mas ainda falta muita coisa. E não nos revemos aqui naquilo que o PCP aqui abrange, quando deveria ter referido outras medidas complementares àquelas que já se foi descobrindo que há falhas desta própria boa reforma do sistema de transportes em Lisboa, na Área Metropolitana, e também na Área Metropolitana do Porto, sendo que também gostávamos de ver – porque penso que não podemos ser hipócritas, aqueles que vivem em Lisboa, nos grandes centros, e que devemos

todos também lembrar-nos do que são as outras zonas do país – de uma forma por igual, estas medidas que são importantes, serem abrangentes a todo o país, e não só a algumas zonas, sendo que a maior parte dos utentes dos transportes públicos estará nestas duas grandes Áreas Metropolitanas, e nas outras zonas que já estão abrangidas por esta medida.

Portanto, por causa desta situação, e que não vemos aqui plasmada nesta moção, é que nos abstivemos. Mas, não queremos deixar de referir a bondade, que é muita, desta medida que foi tomada pelo Governo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. PCP, para declaração de voto.

Josué Caldeira (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

É óbvio que as forças aqui presentes nesta Assembleia tiveram posicionamentos muito diferentes no dia 25 de abril, e em todo o processo de instalação do regime democrático. Creio que, de qualquer forma, nos devemos concentrar naquilo que é o essencial do 25 de abril, que é o 25 de abril. Nós estamos a celebrar o 25 de abril, e não estamos a celebrar nenhuma outra data.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Pronto, eu penso que está encerrado este ponto de antes da ordem do dia.

Passamos ao **Ponto n.º 3** da ordem do dia, Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas relativos ao ano de 2018.

E assim sendo, obviamente, pergunto ao Executivo se pretende usar da palavra em relação a este documento. Dou a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Ribeiro Rosa.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membros da Mesa, Srs. Membros da Assembleia de Freguesia, população em geral. Muito obrigado.

Hoje estamos cá, nesta ocasião, dia 24 de abril, para pormos à vossa apreciação e votação fundamentalmente vários documentos importantes, mas neste momento a prestação de contas de 2018.

Vou resumir, de uma forma muito sintética. No referente à contabilidade patrimonial, o resultado líquido do exercício foi positivo, em 63.761€, uma clara evolução face ao resultado negativo, de cerca de 150.000€, com que terminámos em 2017. Obviamente que em 2017 tivemos aqui um resultado negativo porque, realmente, tivemos que fazer uma série de provisões para os subsídios de férias, e por isso mesmo tivemos esse problema, o que já não se verifica este ano. E portanto, terminámos de uma melhor maneira o exercício.

A Freguesia de Belém tem uma boa situação patrimonial, com o seu património correspondendo a 43% do ativo. No total, os fundos próprios – património, mais as reservas, mais o resultado líquido – representam mais de 88% do ativo líquido.

Na parte orçamental, na receita, a mesma voltou a ter um comportamento bastante positivo em 2018, alcançando o segundo melhor resultado da história da freguesia, apesar de decrescer 4,2% face ao ano anterior. Podemos observar que a quebra da receita é mais do que explicada pela quebra do saldo de gerência, no valor de 272.622€. Excluindo o saldo, a receita cresceu cerca de 15.000€.

Em relação à estimativa global de receita, verificou-se uma adequada orçamentação da mesma, tendo em conta algumas incertezas existentes, sendo, naturalmente, bastante positiva uma taxa de execução na ordem dos 103%.

Despesa: a queda em termos de grandes agregados foi mais acentuada na aquisição de bens de capital, em resultado do final do ciclo de delegações de competências. Tal como tem acontecido, para além do contratado com o Município em termos de delegações de competências, a Junta de Freguesia mantém um nível de investimento na prossecução das suas competências próprias que ascende a cerca de 162.000€, para além dos 133.800€ recebidos da Câmara Municipal de Lisboa.

Nos últimos quatro anos, a freguesia recebeu do Município, para investimento, perto de 707.000€, e investiu quase 1.342.000€. Como veem aqui, há uma clara desproporção entre aquilo que nós investimos e o que a Câmara nos apoiou – pelas minhas contas, até hoje são cerca de 600.000€, mais ou menos, que a Câmara nos ficaria a dever se tivesse cumprido todos os compromissos que tem para conosco, no referente aos investimentos. Mas, às vezes, há coisas que não se compadecem, certas situações de demora, nomeadamente na piscina, e tivemos que avançar com as obras. Foi logo um argumento para a Câmara dizer que já não podia apoiar em algumas situações que eram urgentes.

De qualquer forma, a taxa de execução ficou nos 86,1%, mas se tivermos apenas em conta os recursos efetivamente gerados no ano de 2018, a taxa de execução orçamental corrente foi ligeiramente acima dos 100%. Ou seja, despendemos todos os recursos financeiros que recebemos em 2018.

No referente aos resultados orçamentais, a receita do exercício corrente foi de 4.918.553€, enquanto a despesa total foi de 4.923.166€, pelo que o saldo de execução corrente foi negativo em 4.613€ - um valor marginal, dado o montante total que a freguesia movimenta. Assim, o saldo da execução orçamental desce de 970.161€ para 965.547€.

Desta vez, e na sequência de alguns pedidos que nos têm feito, estamos a tentar melhorar um pouco a nossa apresentação de contas, com base nos centros de custo, correspondendo às solicitações da Oposição, fundamentalmente, mas também da solicitação dos Srs. Membros da Assembleia, para que estejam em melhores condições de aferirem a nossa atividade, quanto a uma melhor

discriminação da despesa, e apesar de ainda ser um processo em fase de consolidação, mas estamos a melhorar, apresentámos os valores dos centros de custo, dando os pareceres e informação particularmente relevante.

Verificamos que, em 2018, as áreas em que houve mais despesa foram o espaço público, a administração geral, a ação social, desporto e educação, por esta ordem. Obviamente, o espaço público tem a higiene urbana, tem os espaços verdes, e tem o espaço público propriamente dito. 1.700.000€ no chamado espaço público, incluindo nesta verba quase 650.000€ na higiene urbana, e mais de 620.000€ nos espaços verdes – manutenção dos diferentes espaços verdes que nós temos. São verbas muito significativas, e aqui também se vê a importância que damos às nossas prioridades, que são sempre o espaço público e a ação social – e já lá vamos à ação social. Perto de 1.100.000€ na estrutura da freguesia, que em muitos casos está a trabalhar para as outras áreas.

Depois, temos mais de 740.000€ na ação social, mais de 650.000€ no desporto, dos quais mais de 560.000€ na piscina. Curiosamente, um valor apenas ligeiramente inferior ao que se investe na educação. Portanto, é preciso também ver que na educação, se juntarmos a educação à ação social, os valores vão por aí acima, o que demonstra a preocupação de índole social que nós temos tido, com uma política de proximidade, e saber o que isso tem de importante para a vida das pessoas, essa parte da ação social / educação, e aquela parte do espaço público, ambiente e higiene urbana.

Sendo o maior equipamento da freguesia, não podia deixar de salientar que a Piscina do Restelo teve uma receita cobrada de 551.823€, e uma despesa de 563.652€. Para terem uma ideia, praticamente cobrimos as despesas – mesmo assim, ainda temos uma despesa ligeiramente superior à receita cobrada. Mas, temos que pensar que a nossa responsabilidade social muitas vezes nos faz ter algumas medidas que apoiem algumas entidades, nomeadamente escolas, clubes, a que damos condições preferenciais, e outras vezes ainda temos tido o dissabor, que temos acreditado em algumas entidades, nomeadamente a Direção Geral da Educação, e neste momento, temos uma dívida, salvo erro, que já supera os sete mil e tal euros, porque confiámos que nos pagavam, e não pagaram. Infelizmente, tivemos que cortar agora essa possibilidade de os elementos da escola poderem continuar a frequentar a piscina, enquanto isso não for cumprido. As pessoas têm que perceber que não se fazem omeletes sem ovos; nós temos aqui, na nossa área, vários casos de piscinas que acabaram, em alguns casos por má gestão, em outros por problemas vários – lembro a piscina do Belenenses, lembro a piscina do Casa Pia, que estão sem ser utilizadas por razões várias. E portanto, nós vamos aguentando, com uma gestão equilibrada, temos estado a apoiar, quer o Belenenses também, quer a Casa Pia, mas a piscina é nossa, e portanto, o esforço para ter um certo equilíbrio, não obstante as várias pressões de diversa índole, temos conseguido mesmo assim ter uma gestão equilibrada, e não nos deixando ir por aventureirismos que nos pudessem levar a uma situação delicada, prejudicando as condições de segurança da piscina. Ou seja, um défice na ordem de 12.000€, um valor marginal face aos valores envolvidos, totalmente explicado pela entrada para os quadros de vários colaboradores.

Lembro que aquando da assinatura do auto de delegação de competências, o Município tinha uma receita na Piscina do Restelo de 453.000€, e a despesa de 553.000€. Ou seja, aumentámos a despesa em cerca de 10.000€, enquanto a receita subiu perto de 100.000€. Mesmo assim, melhorámos grandemente – dez vezes mais – a diferenciação que havia entre a receita e a despesa, uma boa forma de mostrar que a gestão de uma freguesia pode superar a gestão centralizada do Município, e uma boa forma de terminar esta minha apresentação.

Estou ao vosso dispor para os esclarecimentos que entendam necessários. Eu estou aqui presente, com os elementos do meu Executivo, e para o caso de não estarem satisfeitos com alguma das questões que me possam colocar, também tenho aqui os nossos colaboradores que poderão, em situações mais técnicas, ajudar a esclarecer eventuais questões que queiram colocar.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente, pela sua exposição. Presumo que possam existir pedidos de esclarecimento. Partido Socialista.

Óscar Rodrigues (PS): Ora, boa noite a todos, boa noite aos presentes, Sr. Presidente, Bancadas, Sr. Presidente da Junta de Freguesia.

Obrigado por esta explicação. Relativamente a este ponto, o Partido Socialista quer ressaltar que, de ano para ano, as coisas têm vindo a melhorar. Estamos bastante agradados com isso, a apresentação das contas e a forma como são apresentadas tem vindo cada vez mais em detalhe, que era algo que nós aqui discutíamos em outros fóruns e em outros anos, e que satisfatoriamente tem vindo a melhorar.

O Sr. Presidente fez aqui uma apresentação genérica, dando aqui justificação destes resultados, mas isto, sendo apenas uma prestação de contas, nós não consideramos isto um relatório de gestão, porque num relatório de gestão fala-se muito de números, mas depois os atos e os investimentos estão pouco claros, deveriam vir detalhados caso a caso. E a nossa questão relativamente a esse volume de investimentos – porque basicamente aquilo que é referido aqui nas contas que nos foram apresentadas é um conjunto de despesas e um conjunto de receitas – a minha questão, ou a questão aqui da Bancada, tem a ver com os investimentos que não foram feitos em 2018, por um lado resultam de um resultado negativo – porque é isso que é preciso dizer, que o resultado líquido, o saldo de execução orçamental de 2018 é negativo, independentemente de ser um valor diminuto – porque depois, mais à frente, num outro documento que nós temos aqui – por isso é que nós dizemos que não houve investimento durante o ano de 2018, porque no mapa que nós temos aqui dos bens tangíveis, em todas as rubricas aparece aqui um acréscimo de zero. Portanto, houve uma depreciação patrimonial de 120.000€, naquilo que nós entendemos, e era essa questão que queríamos levantar. Há uma depreciação patrimonial de cerca de 120.000€ - 120.181€ - não é um valor considerável, mas para uma Junta de Freguesia que, nas palavras do Sr. Presidente, e nos documentos que nos são apresentados, tem saúde financeira, deveria haver um reinvestimento na melhoria desse património da freguesia. E aquilo que nos é apresentado no mapa dos bens inventariados é que não houve

investimento durante 2018 nos artigos tangíveis. E pedíamos também, realmente, que se se investiu quase 1.342.000€ nestes últimos anos, deveria haver uma descrição mais pormenorizada desses investimentos.

E deixávamos isto para discussão, para o Sr. Presidente ou para outros Grupos que queiram apresentar alguma observação.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Sr. Presidente, pretende responder já diretamente, ou acumular várias perguntas e responder depois? Como o Sr. Presidente quiser, como preferir. Responde já diretamente?

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Bem, vamos lá ver, eu respeito o seu ponto de vista e percebo, na sua qualidade. Mas, de facto, nós não podemos ser “mais papistas que o Papa”; nós temos que respeitar, não podemos ser criativos, temos que respeitar as condições do Tribunal de Contas. E o Tribunal de Contas, é este tipo de documento que exige, daí eu ter colaboradores – não sou eu que os faço, atenção; tenho técnicos certificados de grande qualidade, que dominam muito bem a Legislação, e nomeadamente toda essa matéria a que estamos obrigados pelo Tribunal de Contas, e que elaboram este relatório. Enfim, ajudam-me, eu colaboro, mas tecnicamente não sou eu. Disse que não considerava isto um relatório de gestão, *ipsis verbis*, eu registei; disse que não considerava isto um relatório de gestão. Eu só lhe estou a dizer – eu não sei qual é a sua formação específica, eu sou jurista, não sou contabilista, mas de qualquer forma, isto cumpre as exigências do Tribunal de Contas. E aliás, o Tribunal de Contas, temos que ter boas matérias para isso, porque realmente já nove meses os tivemos cá, e pelo menos foi positivo. Nesse aspeto, portanto, não percebo.

Agora, os investimentos que nós fizemos, fizemos vários, e temos continuado a fazer sempre. Temos feito inúmeras obras em casas de pessoas que precisam, somos nós que temos que estar a fazer; o Espaço Ecológico foi todo arranjado, está a servir a população – não sei se já lá foram alguma vez ver, aconselho-vos a que vão lá ao Espaço Ecológico ver como é que aquilo está neste momento tratado, o Espaço Ecológico. Fizemos vários investimentos, e continuamos a fazer, na Piscina Municipal do Restelo, é quase diário.

Agora, obviamente, a nossa prioridade, como eu já disse, é o investimento nas áreas sociais, e nisso estão incluídas estas habitações, com certeza. Já fizemos – olhe, o que fizemos aqui foi um investimento, que nós estivemos por trás de tudo isto, e foi quase a custo zero, mas isto é uma coisa palpável. Mas, não é isto que eu acho que é o principal. A nossa atividade principal não é visível, porque o mais importante são aquelas ações do dia a dia, em que ajudamos aqueles que não têm mais nenhum sítio de apoio, e que, realmente, na parte da ação social, e também em obras que fazemos no espaço público, e que continuamos a fazer manutenções diversas todos os dias nos passeios, e por aí fora.

Agora, está-me a falar de investimentos, já lhe dei alguns exemplos.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Obrigado, Sr. Presidente. Mais pedidos de esclarecimento? Teresa Almeida, se concordarem, para irmos alternando a ordem dos Partidos. PCP, Josué Caldeira.

Presidente do Executivo: ... claro, estava aí um exemplo de 187.000€ no espaço público. Viu isso, ou não? Um investimento de 187.000€, para nós é dinheiro. Investimento. Investimento, não é despesa. Nós aqui não pagamos faturas, é um investimento. Na Piscina, foram mais 40.000€. Portanto, para ter uma ideia.

Presidente da Mesa: Josué Caldeira, por favor.

Josué Caldeira (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu também queria sublinhar a evolução clara da apresentação do documento, e inclusivamente agora com a introdução desta nova informação dos centros de custos, que permite a todas as forças políticas e a todos os agentes ter uma informação qualitativamente mais robusta, nomeadamente sobre o modelo de despesa e sobre o modelo de desenvolvimento que o Executivo implementa.

De qualquer forma, Sr. Presidente, gostaria de sublinhar dois pontos. Um é que não estamos convencidos que um saldo de execução orçamental de um milhão de euros num Orçamento de seis milhões é apenas por segurança financeira. Eu creio que há mais razões que estão por trás desta brutalidade de saldo de execução orçamental, e se calhar os baixos níveis de investimento são algum justificativo para esta matéria. De qualquer forma, gostaria de pedir, fazer um pedido de esclarecimento sobre a dimensão desta verba.

Depois, chamar à atenção, e na informação que é apresentada no relatório relativamente aos centros de custo, gostaria de chamar à atenção e de sublinhar com alguma preocupação, no que diz respeito às despesas pelos grandes centros de custo, pelos grandes setores, gostaria de chamar à atenção três elementos: a baixíssima percentagem a nível do associativismo (1,26% da despesa da freguesia), a baixíssima verba afeta à cultura e tempos livres (0,38%), e mesmo também a baixíssima verba afeta ao desporto, que se retirarmos a piscina, pouco fica.

E portanto, eu creio que estas características, esta distribuição por estes centros de custo principais são uma muito clara manifestação do modelo de desenvolvimento e do modelo de investimento, de despesa e de atividade que a Junta de Freguesia desenvolve em Belém.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Obrigado. Teresa Almeida, do Partido Socialista.

Teresa Almeida (PS): Obrigada. Cumprimentar o Sr. Presidente e o Sr. Presidente da Junta, e os colegas de Bancada, e também todos os presentes, e os funcionários da Junta de Freguesia.

Eu só queria aqui, no reforço daquilo que o Óscar Rodrigues disse, e que já obteve um esclarecimento da parte do Sr. Presidente, só queria fazer uma reflexão. Eu percebo que haja uma preocupação, que está manifesta, de trabalhar para que as contas a apresentar ao Tribunal de Contas sejam validadas, e que tudo corra dentro da legalidade, e isso é um esforço que tem que ser feito, como é óbvio, e que será com certeza muito mérito dos funcionários da Junta.

Agora, nós aqui somos um órgão político; eu não sou uma auditora do Tribunal de Contas, não estou aqui a ver se as contas estão bem feitas, ou se os documentos estão exatamente elaborados como têm que ser. E aquilo que nós sentimos como lacuna é que o Plano de Atividades normalmente não atribui verbas financeiras a executar no ano seguinte; e depois, no ano seguinte, as contas não nos dizem onde é que são feitos, ou a relação que existe entre as despesas ou os investimentos efetuados e aquilo que tinha sido prometido no Plano de Atividades. E isso é que eu acho que é fundamental ser discutido neste tipo de Assembleias, é o que é que foi aprovado para o Plano de Atividades de 2018, e aquilo que foi aplicado e correspondeu, e o que não foi. E nós nunca temos acesso a esse tipo de indicadores, nunca nos é dita a correspondência entre uma coisa e outra. E nós já no ano passado tínhamos feito essa referência – depois existem aqui nesta coluna mais à direita os graus de execução de orçamental das despesas, e há aqui uma série de zeros, que podem não ser relevantes em termos de número absoluto, mas são relevantes naquilo que também já foi dito, que algumas áreas estão, de facto, sem nenhum investimento, ou sem nenhuma despesa. E depois, não temos, de facto, condições para saber exatamente o que é que falhou. O Sr. Presidente diz: “O apoio mais importante é apoiar socialmente quem nos procura”, etc., mas isso também não pode ser assim. Isto é um organismo público, tem com certeza verbas para corresponder em termos de ação social, mas elas têm que estar regulamentadas, temos que saber como é que se atribuem. Não é só quem nos procura; é como é que se atribui – como é que se fomenta o desporto, como é que se fomenta o melhor bem-estar da população, quem são os mais carenciados, como é que se apoiam, e tudo isso deve estar regulamentado e visível. Não é dizer “isso não se vê”; vê, tem que se ver. Nós temos que saber exatamente onde é aplicado, e como é que foi programado, e como é que foi cumprido. É para isso que estamos aqui.

Muito obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Mais algum pedido de esclarecimento? Não havendo, Sr. Presidente, para responder.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos lá ver, há bocado falaram-nos que nós não temos apoiado o associativismo. Não é verdade, nós apoiámos com cerca de 200.000€ várias entidades – cerca de 200.000€. E aí está a dizer, até está a indicar algumas delas.

Queria dizer-vos que, de qualquer forma, não estamos a dizer que temos a verdade absoluta, que está tudo bem feito; o que nós podemos dizer – aliás, na sequência

do que os senhores acabaram de dizer, logo ao princípio – é que vamos tentando melhorar de uma Assembleia para a outra. E agradeço as vossas palavras, que foram muito estimulantes, ao nos terem dito que desta vez está melhor apresentado, e que estão a gostar mais da apresentação. E já fizemos aí uma experiência – que pode ser melhorada, eu acho que pode ser melhorada para a próxima vez – no referente ao centro de custos. Ainda há algumas coisas que têm que ser apuradas, mas já fizemos aí uma melhoria muito significativa.

Agora, é evidente, um Plano de Atividades e um Orçamento, um Orçamento é uma previsão, um Plano de Atividades é aquilo que se pretende fazer. Depois, há algumas que se fazem, outras que não se fazem, e agora temos o relatório de prestação de contas e relatório de gestão. Agora estamos a apresentar as contas aos Srs. Membros aqui da Assembleia, para depois ver se podemos merecer o vosso apoio para o mesmo ser aprovado, para nós ficarmos com este problema resolvido, das contas, para continuarmos a trabalhar para o bem da nossa população. Agora, tentamos dar a maior clareza possível, e estamos cientes de que desta vez está muito melhor o relatório, está mais minucioso, está mais esclarecedor – e agradeço, de facto, o vosso elogio, fico contente, e vou providenciar para que vamos melhorar isto, tenho aqui os meus colaboradores também aqui na sala. Para isso é que serve, ainda bem que estamos em democracia, hoje é o 24 de abril, amanhã é o 25 de abril. Antigamente não se podia ter estes diálogos desta forma tão clara e direta. Hoje, graças a Deus, ao Poder Local, há liberdade de expressão, tudo isso. Nós podemos estar aqui livremente a colher ensinamentos também – por que não? – de outras forças políticas, de outros elementos, é sempre bom ouvir várias opiniões. E isto é bom para nós, que estamos a governar, termos bons conselhos, também não só da situação das Bancadas que apoiam aqui o Executivo, como das outras Bancadas, que também nos estão a apoiar, com a vossa atividade crítica, isso também nos vai apoiando, como é evidente.

Agora, eu acho que a apresentação, desta vez, estão aqui os centros de custo, já começa a ser uma outra transparência, já começa a ser mais positivo. Mas, pode ser melhorado? Pode, com certeza, estamos perfeitamente conscientes disso. E portanto, por isso é que eu lhes digo que vamos tomar devida nota, e vamos tentar fazer tudo aquilo que se pode fazer para que as coisas ainda estejam mais claras.

Agora, quero que tenham uma noção que, de facto, e eu que já estou aqui há uns anos, noutra freguesia, que era Santa Maria de Belém, isto não tem nada a ver uma coisa com a outra. Neste momento, já temos aqui um Orçamento, que daqui a bocado irá haver uma revisão orçamental, e que já vamos para os 7.300.000€, que vai ser um *record*, que já são verbas muito significativas, e que já implicam ainda muito mais responsabilidade. Não quer dizer que só veja responsabilidade por ser um montante tão elevado, porque basta serem dinheiros públicos, nem que seja um euro, para mim isso é uma responsabilidade, porque é um dinheiro público, e tento investi-lo o melhor possível – não é gastar; é investir esse euro o melhor possível, otimizando-o da melhor forma. Com tanta falta de verbas, o dinheiro é um bem escasso, e portanto, nós, responsáveis políticos, temos a obrigação de o utilizar ao máximo ao serviço da população. É isso que nós estamos aqui a fazer, e gostaria que estivessem cientes de que é uma grande preocupação que nós

temos mesmo, que realmente todas estas verbas tenham sido o melhor possível aplicadas.

E eu garanto-lhes que senti muito orgulho quando estive a rever este relatório, senti um grande orgulho aqui, porque repare uma coisa: nós gastámos praticamente aquilo que fizemos este ano, 103%, e depois tivemos os transitados. Não fizemos como o Ministro Centeno, com as cativações, e essas coisas todas, porque há muitos investimentos – é verdade, não fizemos isso – há muitas verbas, que nós fazemos manutenção do espaço público no dia a dia, que não está no nosso Plano de Investimentos, e são coisas do dia a dia, manutenções do dia a dia, coisas que não poderiam ser consideradas. Não pode ver nessa perspetiva.

Portanto, o que eu lhes digo, e vejo o que se passa em grande número de Juntas de Freguesia, que estão sempre aflitas, é evidente que eu posso ter esse problema – vamos lá ver uma coisa, toda a gente sabe que a chamada esquerda é despesista, e a chamada direita – que eu não gosto de falar em esquerdas e direitas – a chamada direita é que depois vem pôr os países na ordem, ou as instituições na ordem. Sempre foi assim. Vemos agora no próprio Governo, o Bloco de Esquerda diz “vamos gastar mais aqui”, ou “mais ali”, só sabem falar na palavra “gastar” – às vezes nem é investir, é gastar. Ora, nós somos responsáveis, e só podemos gastar aquilo que temos. Eu orgulho-me que aqui em Belém as verbas que nós tivemos, nós investimos todas essas verbas durante este ano todo, em prol da população. Foi um orgulho imenso que senti, não ficou grande coisa por fazer. Digam-me uma coisa que ficou por fazer por falta de dinheiro. Gerimos bem isto durante estes anos todos, e durante este ano todo. E isso para mim dá-me uma pontinha de orgulho.

Obviamente, depois tivemos os resultados transitados, que são muito importantes, porque nós não nos podemos valer de mais ninguém, somos o último reduto de toda a gente. Nem amigos na Câmara podemos ter, porque, como sabem, estamos sozinhos nisto, a Câmara ainda nos devia quase 600.000€ só de investimentos que fizemos, e que não os vimos, e portanto, isto não é fácil, estarmos sozinhos. Ainda por cima, com grande parte das outras Juntas de Freguesia, ligadas à força política que está no Governo, e eu estou lá nas comissões da Assembleia Municipal e vejo passar lá à minha frente apoios inacreditáveis para outras Juntas de Freguesia, que não vêm para a minha. Tudo bem, pronto, já sabemos como é que as coisas são, mas eu tento não olhar para o vizinho do lado, para não ficar maldisposto, e tento concentrar-me no meu. E portanto, vêm e hão de vir mais algumas delegações de competências para nós, da Câmara. Há, eu sei, outras Juntas que tiveram muito mais, e por aí fora. Já nem vou falar naquelas de higiene pública, em que só vou dar um exemplo, para a higiene urbana, se acham que isto é normal, que Santa Maria Maior teve 1.300.000€ para a higiene urbana, e nós só tivemos 200.000€, e ficámos mesmo assim com 356.000€, depois de termos reclamado. Agora, se acham que isto é normal, desculpem. É porque temos menos hotéis? Estamos a brincar, ou quê? São os hotéis que sujam, ou são os autocarros com os turistas, que vão fazer piqueniques e deitam depois tudo para o chão, e é preciso limpar aquilo? Não é a pessoa do hotel que sai e que atira uma casca de banana para a rua. Portanto, vamos ver se nos entendemos.

É evidente que temos que ter um apoio, uma segurança ali atrás, e temos. E o que interessa é que essa segurança nos permite estar muito mais à vontade, e dá-nos mais segurança na nossa atividade, porque é fundamental. Mas, sabem uma coisa? Na minha vida privada também utilizo este sistema. Chamem-me tradicionalista, chamem-me o que quiserem; agora, não gosto de ficar a dever nada a ninguém. E aqui na Junta também somos conhecidos por sermos bons pagadores, não devemos nada mesmo a ninguém. E olhe que eu conheço várias Juntas de Freguesia que devem já vários meses a alguns prestadores de serviços nossos, muito dinheiro. E é por isso que as pessoas nos apreciam, porque sabem que nós, no final de cada mês, estamos a pagar o trabalho que nos prestaram, porque não se pode brincar com os empresários que estão a investir, que têm que pagar aos funcionários, à Segurança Social, e sei lá mais o quê, e ficarmos com as contas por pagar. Não pode ser, isso é um abuso de poder. Portanto, as pessoas têm que se habituar a termos sempre condições para pagar àqueles que nos prestam serviços, e isso, nós temos tudo limpinho. Querem melhor do que isto, em 2019, Lisboa, uma autarquia, a Junta de Belém, ter tudo limpinho, tudo a funcionar, sem dívidas? Desculpem, estou muito orgulhoso com estas contas.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vamos, então, passar à votação dos documentos apresentados, de Prestação de Contas de 2018. Eu pergunto: quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Portanto, o documento de prestação de contas relativo a 2018 foi aprovado, com sete (7) votos a favor, e cinco (5) abstenções.

José Matos Rosa (PSD): Sr. Presidente, é possível fazer uma declaração de voto sobre este documento?

Presidente da Mesa: É possível, eu tenho permitido. Normalmente, nestas Assembleias nós prevemos que as declarações de voto sejam feitas, tal como na outra Assembleia onde nós participámos, por escrito, poupando assim algum tempo aos trabalhos da Assembleia. Mas, enfim, temos usado de bastante tolerância desse ponto de vista. Se puder corresponder com alguma brevidade, eu agradeceria.

José Matos Rosa (PSD): De uma forma muito sucinta e breve, Sr. Presidente, e agradeço a possibilidade que me dá de fazer uma declaração oral, queria cumprimentar e saudar o Executivo pelo documento que nos apresentou, que, no fundo, revela uma evolução positiva na apresentação de contas, o que é de cumprimentar o Executivo, cumprindo dois pressupostos, que é um técnico, de entrega do documento ao Tribunal de Contas para aprovação, o que não é de somenos, porque nós também temos responsabilidade, ao aprovarmos este documento, com a forma como ele é apresentado, poderemos ser chamados mais tarde a esclarecer se o documento não estiver bem apresentado. E queria também cumprimentar o Executivo por isso, na pessoa do Sr. Presidente. E também a forma como o documento apresenta rigor, transparência também, na forma como foi apresentado, sendo que nós temos sempre a possibilidade de antes de virmos a

esta Assembleia, podermos deslocar-nos à sede da Junta de Freguesia e também consultarmos os documentos todos para pedirmos alguns esclarecimentos. E queria cumprimentar também, em nome do PSD – penso que também posso cumprimentar em nome do CDS-PP – a aposta que foi feita nas áreas sociais, na educação, na cultura, nos espaços verdes, no desporto, nas associações e na resolução de muitos dos problemas até dos próprios funcionários, como o quadro de pessoal, que também é importante termos tranquilidade naqueles que trabalham connosco, e acho que é uma nota também importante.

Esta freguesia tem particularidades que são diferentes de todas as outras freguesias, desde o peso que têm os turistas na utilização dos espaços verdes, das ruas, que é de um peso muito grande, e já não é só aos fins de semana, é durante toda a semana – nós que andamos aqui sabemos e vemos a quantidade de turistas estrangeiros, e até portugueses também, que todos os dias visitam os vários locais históricos da freguesia, mas também os próprios museus, porque temos na própria freguesia, além de universidades, de escolas, de escolas secundárias, de uma panóplia também de museus, que também têm a sua responsabilidade nestas pessoas que cá se deslocam, também desde o Museu dos Coches ao próprio CCB.

Eu acho que é uma declaração de voto sobre o documento que temos, e portanto, eu tenho que fazer o enquadramento normal destas situações.

Não vou prolongar muito mais, para não fazer com que outras Bancadas fiquem incomodadas com este documento, com a forma como foi feito, como temos uma taxa de execução de mais de 100% do próprio Orçamento, e isso leva-nos a deixar este voto de saudação e de congratulação ao Executivo, extensivo a todos os funcionários que colaboraram, e colaboram no dia a dia, que têm um papel muito importante em todo o desenvolvimento da atividade da freguesia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Matos Rosa. Só dizer o seguinte, Sr. Presidente: a discussão está encerrada, já votámos.

Presidente do Executivo: Peço desculpa, já devia ter dito ao princípio: eu detetei, já depois de ter sido enviado para os membros, e eu gostava que emendassem à mão, se faz favor: onde está “caracterização da entidade”, na pág. 2, diz: “*A Assembleia de Freguesia, constituída, nos termos da Lei, por treze elementos, da eleição dos órgãos das autarquias locais, realizada a 29 de outubro de 2017.*” Não é, foi realizada em 1 de outubro de 2017. E depois, cá em baixo, a mesma coisa: quatro elementos do Partido Social Democrata, um do CDS-PP, conforme resultado de votação na Assembleia de Freguesia realizada no dia 23 de outubro de 2017. Em vez de ser qualquer coisa de outubro de 2015, é 23 de outubro de 2017. É só isso, para ficar como deve ser.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Eu permiti uma declaração de voto extensa do Partido Social Democrata por considerarmos que, tratando-se do maior Partido na Assembleia de Freguesia, e

não tendo usado nenhum tempo no debate, interpretei como uma declaração, no fundo é uma declaração para a ata, tem uma parte inclusivamente relevante de declaração para a ata por parte do Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata, e foi nesse sentido que assim entendi, porque não tinha usado da palavra inclusivamente durante o debate, e provavelmente entendeu o seu representante que deveria haver uma declaração. Foi nesses termos.

Passamos ao ponto seguinte, **Ponto n.º 4**, Apreciação e aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2019.

E devolvo a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Ribeiro Rosa.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pronto, esta primeira revisão orçamental, a sua importância é porque estamos a incorporar neste Orçamento as verbas, como está aí a dizer, estamos a incorporar os fundos do saldo de execução orçamental de 2018, no total de 965.547€, mais os 10.279€ consignados ao protocolo relativo ao Terreiro das Missas.

Depois, também temos aqui o valor que foi posto do protocolo dos espaços verdes, que vão ser mais uns oito espaços novos que vamos ter para fazer a manutenção, e de maneira que, com base nisso, dá esse montante que está aí.

E portanto, na prática, estamos a incorporar isso. Como resultado desta revisão orçamental, é mais dinheiro que vem para a Junta de Freguesia, e mais verbas, achamos sempre que é positivo.

E portanto, queremos contar com o vosso apoio, e assim termos um *record*, de facto, de verbas para ministrarmos e investirmos, de 7.307.364,30€.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu pergunto se alguém quer pedir a palavra para esclarecimentos. Dra. Teresa Almeida.

Teresa Almeida (P S): Eu não irei propriamente intervir sobre esta proposta, mas dentro da ordem de trabalhos, penso que é o momento mais adequado. E eu volto a lembrar ao Sr. Presidente que nós fizemos a aprovação do Plano de Atividades em dezembro, sob a condição de nos receber, de nos ouvir, quer ao Partido Socialista, quer ao Partido Comunista, uma vez que não tinha havido essa consulta à Oposição, e fizemos uma série de sugestões para incorporar no Plano de Atividades de 2019, e foi esse o compromisso que aqui assumiu, foi que nos ouviria e que refletiria aquilo que entendesse, como é óbvio. Não vi ainda nenhuma proposta, daquilo que nós solicitámos para incorporar, o que é que o Sr. Presidente da Junta refletiu, e uma vez que nós estamos aqui num ponto em que já estamos a tratar do Orçamento e atividades de 2019, entendo que é oportuno fazer esta pergunta neste momento: relativamente àquilo que nós propusemos, qual é a proposta que a Junta de Freguesia tem para incorporar os nossos contributos.

Presidente da Mesa: Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Muito obrigado.

Não, isso mantém-se tudo como nós tínhamos combinado. É evidente, vamos lá ver, as prioridades, penso que não havia diferença nas prioridades, acho que não há qualquer divergência entre nós, entre o Executivo e as Bancadas na generalidade, sobre os grandes setores que precisam ser reforçados – a ação social, a educação, acho que é óbvio, o ambiente, higiene urbana, espaços verdes, porque isso também tem muito a ver com a qualidade de vida das pessoas. Quer dizer, não estou a entrar noutras áreas que já são mais da Câmara – o tráfego, e por aí fora – e outras mais estruturais, como o urbanismo, mas que acompanhamos. De qualquer forma, é com base no princípio da subsidiariedade e da complementaridade que nós vamos desenvolvendo estas nossas atividades, no Plano de Atividades.

Agora, quando se pôs esta incorporação do saldo do anterior para este, já vamos tendo isto, mas de uma forma realista, vamos depois adaptando caso a caso, durante o ano, consoante as necessidades, como é evidente, não podemos só reforçar assim uma área ou outra. Aliás, até lhe posso dizer que, às vezes, havia algumas áreas em que até pomos uma verba só para ficar aberta, para depois, mais tarde, se justificar irmos adaptando isso consoante as necessidades. Isso não quer dizer nada, isto é um procedimento normal técnico, de contabilidade, que quando há uma passagem, uma incorporação de saldo, ela vai, vamos reforçando, não só uma rubrica, mas várias, mas tendo em conta as nossas prioridades, que acho que são claras, são idênticas, e volto a indicar: a ação social, a educação, a higiene urbana, para não falar da parte de administração em geral.

Portanto, estamos agora aqui neste ponto que é a primeira revisão orçamental, isto aqui é só para receber o dinheiro, que nós tínhamos e foi posto nos diferentes sítios, e também para recebermos dinheiro que vem de um protocolo que celebrámos com a Câmara. E portanto, neste momento, isso que está a dizer – não sei se quer referir algum caso concreto, mas nós já considerámos várias destas questões, que foram consideradas tendo em conta as vossas sugestões. É evidente que há vários setores, cada setor tem várias rubricas, e depois, à medida das possibilidades, vamos fazendo várias alterações orçamentais, consoante as necessidades – revisões ou alterações, consoante. Neste caso é uma revisão, tem que vir à Assembleia, mas muitas vezes também vamos fazendo alterações – aliás, há sempre mais alterações do que revisões. Mas, quando são revisões, tem mesmo de vir aqui à Assembleia.

Portanto, não percebo, porque nós já considerámos vários aspetos em alteração orçamental, e a prova disso é que esses novecentos e tal mil euros estão no nosso Orçamento já postos nas diferentes rubricas, que não impede nada que à medida das necessidades e que vamos desenvolvendo o nosso programa, se vão fazendo umas alterações, reforçando umas em detrimento de outras, e vice-versa. Portanto, não percebo, sinceramente, porque estamos a avançar nos termos que falámos com os senhores aqui.

Teresa Almeida (PS): Eu peço desculpa, não é para prolongar aqui nenhum diálogo, mas, efetivamente, eu penso que se o Sr. Presidente tem essa consciência, e se acha que é isso que fez, o devia dizer, o devia apresentar, dizer: “Eu ouvi os Partidos da Oposição, fizeram-me determinadas sugestões, elas estão aqui consagradas, na rubrica A, na rubrica B.” Acho que era o mínimo, dava-nos conta; não é dizer: “Agora, vocês procurem aí, e vejam lá se por acaso não dei aqui reforço àquilo que vocês sugeriram.” Acho que não é assim. Nós fomos, penso eu, muito razoáveis naquela sessão, entendemos que era importante que ela se realizasse e que tivesse a aprovação do Orçamento, estabelecemos aqui um acordo e um compromisso, e acho que o Sr. Presidente hoje nos poderia dizer: “De facto, ouvi-vos, até estamos muito consonantes nas propostas e nos reparos que nos fizeram, e eu até aqui fiz o reforço nesta rubrica, nesta e nesta.” Era isso que eu acho que era o normal numa discussão num órgão político. E portanto, é esse o reparo que deixo.

Por outro lado, eu vejo que aqui – e já agora, gostava de ver, e com certeza que é muito benigno, mas que nos explicasse este grande reforço que faz nas instalações de serviços, que com certeza é em prol de melhores condições para os trabalhadores. Mas, já agora, gostava de saber o que é que pretende fazer, são mais 195.000€, é uma verba relativamente substantiva. Dê-nos conta do que é que pensa fazer sobre esta intervenção.

Presidente do Executivo: Peço para dizer qual é a página. Qual é o montante de que está a falar? 195.000€? Não, repare, nós temos dinheiro para transitar, é evidente que essa é uma área em que temos que pôr, naturalmente, um reforço significativo, porque estamos constantemente, no dia a dia... Não lhe posso indicar, há várias. Isto não é assim.

Então, vou fazer o seguinte: já que não está a querer entender, ou então estou a expressar-me mal, eu vou passar a palavra a um técnico oficial de contas, que vai explicar isto a nós todos melhor, para tentar perceber isso. Eu estava a dizer-lhe que são verbas que são postas consoante as necessidades. Já percebeu? Para que é que serve? Posso dizer-lhe, serve para arranjar as casas de banho quando estão entupidas, para o Espaço Ecológico que nós arranjámos, as obras das escolas diversas que temos que fazer, as escolas diversas que estão sob a nossa alçada, a piscina, que é o dia a dia, as instalações da higiene urbana. Quer mais ainda? Mas, há mais, mais instalações que nós temos, a Loja Solidária, por exemplo, que a Câmara nunca mais vinha arranjar, e tivemos que ser nós a arranjar – que era responsabilidade da Câmara – o teto. Tudo isso, somos nós que temos que arranjar. Portanto, é natural que essa rubrica seja mais reforçada. Mas, se quiser, eu posso tentar saber, e se o Sr. Presidente autorizar, se há lá alguma falha. Eu, de qualquer forma, penso que respondi fundamentalmente a isso.

Agora, não é para gastar, porque isto é praticamente uma reserva. Neste momento, este tipo de saldo, vamos lá ver uma coisa, a ideia é manter este tipo de saldo, não é gastar por gastar. Isto é uma reserva de segurança. Obviamente, se houver coisas muito importantes, nós temos que utilizar este saldo; agora, não é gastar por gastar.

Mas, nós podemos mandar mais informação, se quiserem, um dia destes, mais alguma informação concreta. Mas, o que eu estou a dizer, e penso que não estou a falhar nisto, posso pedir para o meu colaborador dar aqui mais alguma achega, no aspeto técnico – na a parte política estou eu aqui, para defender isso, mas se quiserem uma explicação na parte técnica, eu ponho-o a falar, peço aqui autorização ao Sr. Presidente. Não quer? Política, já disse, quais são as instalações; queria uma coisa técnica, mais minuciosa. Não, estou-lhe a dizer que já disse isso, pelo menos meia dúzia de coisas que temos que fazer constantemente, no dia a dia.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Para um pedido de esclarecimento também, em nome do Grupo do PCP, Josué Caldeira.

Josué Caldeira (PCP): Obrigado, Sr. Presidente.

Um dos pedidos de esclarecimento que eu tinha era também relativamente a essa verba que a representante do PS referiu, o reforço das instalações de serviços.

Mas, mais relevante do que esta verba, eu gostaria que o Sr. Presidente da Junta explicasse qual a razão de, neste processo, haver um reforço de verbas em pessoal em funções e em horas extraordinárias.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Para responder, Sr. Presidente da Junta.

Presidente do Executivo: Muito obrigado. E muito obrigado pela sua pergunta, que isto vai-me ajudar a explicar aqui algumas situações. Muito obrigado.

Obviamente que isso é natural, face ao processo que nós iniciámos no ano passado, porque nós integrámos no quadro de pessoal toda a gente que havia para integrar, e foram algumas dezenas de pessoas que integraram os quadros de pessoal – algumas estavam de uma forma precária, em prestação de serviços. Essas pessoas, que eram prestadores de serviços, passaram para trabalhadores públicos, com vínculo. E portanto, nesse momento, começou a ficar mais caro, teve que ser reforçado, e também começaram a auferir horas extraordinárias, que antigamente não havia horas extraordinárias, como sabe, porque não eram funcionários públicos. Imediatamente teve que ser reforçada essa verba, inevitavelmente, como é lógico.

Josué Caldeira (PCP): Mas, esse processo não estava já concluído no final do ano passado? Quer dizer, quando foi feito o Orçamento, a Junta de Freguesia já não sabia as verbas que essa alteração iria mobilizar? A pergunta é: por que é que é feita nesta altura? Por que é que só nesta altura é que isto é feito?

Presidente da Mesa: Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Não, isto não é um quadro fechado. Ainda temos que aumentar mais, por exemplo, e só para dar um exemplo, a higiene urbana, que é uma coisa flagrante. Na higiene urbana, somos das freguesias talvez com menos pessoal, e estamos com imensa dificuldade em prover o quadro, porque não há pessoas para essas funções. Temos feito os impossíveis, posso dizer que quando foram os precários, não entraram duas pessoas porque não tinham habilitações, mas, entretanto, já chegámos à conclusão que isso não é impedimento, já foi a interpretação por parte do Governo e da Procuradoria Geral da República, pelo que, em breve, essas pessoas irão integrar agora o quadro de pessoal, com base na precariedade. Mas, ainda precisamos de pôr mais algumas pessoas, porque somos das freguesias com menos pessoas, neste momento, na higiene urbana, com assistentes operacionais, e é uma freguesia com imenso trabalho por fazer. Portanto, estamos a investir e vamos investir, quer em pessoas, quer em máquinas, como já estamos a fazer neste momento. Obviamente, enquanto não conseguimos pôr de outra forma, alguns vão ter que entrar em prestação de serviços. E máquinas também, como já foi aquele recente investimento que fizemos naquela última varredoura grande, mas temos que ainda apostar mais nessa área. Mas, isso são grandes investimentos que nós vamos fazer agora. Portanto, não está nada fechado, muito pelo contrário.

Presidente da Mesa: Obrigado, Sr. Presidente. Mais algum pedido de esclarecimento?

Não havendo mais nenhum pedido de esclarecimento, vamos passar à votação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano para 2019. Quem vota contra? Quem se abstém? Quem vota a favor? Foi aprovado, com sete (7) votos a favor, quatro (4) votos contra (PS), e uma (1) abstenção (PCP).

Ponto n.º 5 da ordem de trabalhos, Apreciação do inventário a 31 de dezembro de 2018.

Sr. Presidente.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pronto, está aí o mapa síntese dos bens inventariados, que é uma atualização que, nos termos da Lei, temos que fazer. E portanto, trazemos aqui também para merecer a vossa confiança e aprovarem esta atualização, este mapa síntese dos bens inventariados do ano anterior.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Alguma dúvida ou pedido de esclarecimento? Faça favor, Óscar Rodrigues.

Óscar Rodrigues (PS): Sr. Presidente, uma vez mais, está aqui neste documento a prova que contesta precisamente aquilo que o Sr. Presidente disse há pouco. O senhor, há pouco, quando interpelou as minhas questões, e referiu várias vezes investimento, nós olhamos aqui para o mapa dos bens inventariados e para todas

estas rubricas, as quais algumas foram referidas por si, e o investimento, no final da linha, durante o ano de 2018, é zero. Nomeadamente, só um exemplo, para todos ficarmos a saber, e é um dos pontos de maior despesa da Junta de Freguesia – e não é de investimento, porque o investimento aqui é zero – as piscinas, na pág. 7, está aqui referente ao campo relativamente ao património das piscinas, e aquisições – obviamente, o Sr. Presidente não comprou piscina nenhuma, mas na coluna das grandes reparações ou beneficiações na piscina – que eu saiba, a Junta de Freguesia só tem uma piscina, que é a Piscina Municipal do Restelo – o valor que está aqui considerado é zero. Portanto, isto comprova que o Sr. Presidente e que a Junta de Freguesia, durante o ano de 2018, todas as despesas que efetuou na piscina foram despesas, não foram investimentos, porque o valor patrimonial a 31 de dezembro até é menor, porque há depreciação e amortização. Portanto, não houve uma valorização do património. Era só essa questão. Por isso é que eu referi há pouco a questão da falta de investimento neste exercício.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Sr. Presidente, se quiser prestar mais algum esclarecimento.

Presidente do Executivo: Vamos lá ver, o que está combinado desde o início, quando nos foi passada a piscina – e ainda bem que falou nesse caso, ajuda-me mais uma vez a tentar explicar isso, porque por defeito meu não consegui explicar ao princípio – não estou a dizer que é falha do Sr. Deputado – mas, neste caso específico da piscina, o que está acordado entre a Câmara e todas as Juntas de Freguesia – não só a nossa, mas nós somos parentes pobres, eu sei, e a prova disso são os factos, já nem quero ir tão longe, para Benfica, nem para a Boavista, apesar de ter muito menos do que nós temos, a nossa está cheia, a abarrotar. Agora, o que se passa é que tudo o que são obras – estou a falar em obras, porque repare, eu estive lá na inauguração da piscina, a piscina foi feita pelo Presidente Pedro Santana Lopes, foi uma das várias que ele fez, mas tinha dez anos de garantia, já foram os dez anos. Portanto, tudo agora são despesas, ao contrário do que quando estava na Câmara, que estava tudo coberto pela garantia. Agora já não está, temos que ser nós a pagar. E o que estava combinado com a Câmara, quando passaram, é que, depois, tudo o que fosse considerado obras – não é fazer uma piscina nova, é manter aquela piscina – que isso era investimento. Era investimento, obras. Depois arranjam N argumentos, “Eu falei com aquele senhor”, e tal, “Pois, mas o senhor depois não me disse nada, eu não soube”, “Mandámos um *e-mail*”, “Foi para a minha secretária” – há um sem número de situações, que foram quase 1.000€ ??? está a arder, já disse isto ao Sr. Presidente da Câmara, mas não é só de um ano, é de dois ou três. De qualquer forma, isto dá moça.

Agora, não pode ver as coisas assim, isso é dinheiro que nós temos lá, devidamente comprovado, de despesas naquelas piscinas, investimos naquelas piscinas essa verba. Não pode ir por esse caminho, aí vai mal; não vá por aí, porque por aí não vai lá. Estamos a falar em questões técnicas. Se quiser, eu posso dar algumas indicações, e passo ali aos meus técnicos, que nos ensinam a todos isto.

Presidente da Mesa: Muito bem, Sr. Presidente. Penso que não temos que votar o inventário.

Portanto, passamos ao **Ponto n.º 6** da ordem de trabalhos, Ratificação de protocolos e contratos celebrados com o Município de Lisboa.

Temos dois, em primeiro lugar a manutenção e regeneração dos espaços verdes e áreas expectantes na área geográfica da Freguesia de Belém, e a alínea b), alterações ao CDC – Nova Geração de Protocolos, aprovado na Assembleia de Freguesia de 12 de março de 2019.

Não sei se há algum pedido de esclarecimento, alguma dúvida sobre esta matéria. Se calhar, podemos começar pelos pedidos de esclarecimento primeiro, e o Sr. Presidente esclarecerá no fim.

Josué Caldeira, PCP.

Josué Caldeira (PCP): Estamos a abordar já os dois contratos?

Presidente da Mesa: Sim, nós temos dois protocolos e contratos. Sugeria discutirmos em conjunto, e se alguém quiser votar separadamente, não vejo grande inconveniente, até porque os Grupos podem querer votar diferentemente um e outro. Se alguém pedir a separação, votaremos separadamente. Votaremos separadamente, em qualquer caso, mas a discussão podemos fazer em conjunto.

José Caldeira (PCP): Então, de qualquer forma, Sr. Presidente, relativamente a este Ponto n.º 6-A, as dúvidas são mesmo de esclarecimento, não temos grandes questões. Mas, de qualquer forma, eu colocava, porque não é claro no texto – e creio que esta questão se aplica aos dois documentos – é qual é o tempo, o espaço temporal em que este contrato vai vigorar. Em nenhum parágrafo do texto isso é claro. Não sei se é este ano, não sei se é durante o resto do mandato, gostaria que me fosse esclarecido.

Por outro lado, a pergunta adicional é: para a realização destas atividades de manutenção e de requalificação dos espaços verdes, a Junta de Freguesia vai utilizar recursos próprios, ou vai fazer contratação externa de serviços? Isto em relação ao 6-A.

Depois, em relação ao 6-B, a coisa é mais detalhada. Sr. Presidente, este documento é um documento importante, nós gostaríamos de sublinhar, e por isso eu pedi a separação da votação. Isto é um documento, este contrato de delegação de competências de nova geração é um contrato que não tem, em termos financeiros, nada que ver com o que acabámos de comentar, está em causa um milhão de euros, e temos aqui várias perguntas.

O contrato apresenta já uma tabela, o contrato aplica-se, digamos assim, a sete programas – Bairro 100% Seguro, Escola 100% Segura, Requalificação de equipamentos de espaço público, Casa Aberta Habitação, Equipamentos desportivos, Direitos sociais e Projetos especiais. Pela tabela, percebe-se que a Casa Aberta Habitação e os Projetos sociais foram programas que não foram mobilizados pelo Município – pelo menos é aquilo que se percebe. E por outro lado, a distribuição de verbas entre os restantes programas é uma distribuição que

pressupõe existir um plano de atividades, um plano de ação indicativo, que a Junta pretende desenvolver. Esse plano não está claro – nem claro, nem escuro, não existe, não está aqui nesta informação. E destacar este dado: o Bairro 100% Seguro e os Equipamentos desportivos totalizam 91% da verba que este contrato de delegação de competências vai mobilizar, é aqui que está o grosso. E a pergunta que nós queremos fazer é quais são, em concreto, as iniciativas que a Junta de Freguesia prevê desenvolver, nomeadamente nestas duas áreas. No Bairro 100% Seguro, que diz respeito à requalificação de espaços públicos, quais são os espaços públicos que vão ser intervencionados? O contrato de delegação de competências deverá ter a indicação de quais são os espaços públicos. Ou isto é genérico?

Relativamente aos Equipamentos desportivos, isto vai mobilizar 387.000€. Quais são os equipamentos desportivos que vão ser intervencionados? Porque há uma questão de base que nós colocamos: por quê esta distribuição? Por quê, por exemplo, 2% apenas para a Escola 100% Segura? Por quê a não mobilização – e esta questão, gostávamos de também perceber – por quê a não mobilização para esta verba de projetos especiais, que de acordo com este documento, eram projetos que mais se aplicavam, que mais se dirigem a soluções específicas de cada freguesia? Nós não temos nada contra que a Junta de Freguesia utilize os programas que outras Juntas de Freguesia utilizaram, não há problema, mas se há aqui esta porta que podia dar espaço a alguma inovação e a algum tratamento de alguma coisa específica, por que é que a Junta de Freguesia não mobilizou? Estas eram as questões principais.

E uma nota final diz respeito ao exercício de monitorização. O contrato prevê um processo de monitorização e de avaliação, segundo o qual a Junta de Freguesia reportará trimestralmente e no final da execução relatórios de avaliação deste contrato de delegação de competências. A nossa opinião é a seguinte: dada a importância que este contrato tem, nas áreas e na dimensão orçamental, creio que seria de bom tom a Assembleia de Freguesia tomar conhecimento destes relatórios trimestrais de avaliação, e serem fornecidos à Assembleia de Freguesia.

Pronto, era só. Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Para prestar esclarecimentos, Sr. Presidente da Junta de Freguesia, Fernando Ribeiro Rosa.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente.

É sempre com muita alegria e satisfação que tento esclarecer estas situações. Há pessoas que não têm muita experiência, é natural, pessoas que estejam ao princípio nestas situações – nunca o tinha visto cá numa Assembleia, e eu percebo a falta de experiência nesse aspeto. Mas, repare, o que eu estou a falar, quanto aos espaços verdes, ao CDC dos espaços verdes, vou começar pelo princípio: o CDC dos espaços verdes, é evidente que é até ao final do mandato; o prazo é até final do mandato.

Depois, obviamente que é com recursos alheios. Claro, é uma empresa que vai ser contratada, como deve ser, para tratar, como, aliás, são tratados os nossos espaços verdes. Não temos funcionários próprios para esse efeito. Eu bem sei que é política do PCP arranjar funcionários, e gostariam que só estivessem funcionários a trabalhar nos jardins, e querem que a Câmara também faça isso, e que as Juntas todas façam isso. Mas, não, na nossa filosofia, achamos que são melhor tratados os espaços verdes, como estão a ser tratados, desde que as empresas tenham qualidade, e estou convencido de que são melhor tratados, e que economicamente a situação é melhor do que se fosse com funcionários nossos, porque são muitos espaços, tínhamos que ter muita gente só para esse efeito. Portanto, isso é evidente, se nós, com os atuais espaços que temos, temos uma empresa a tratar disso, é natural que só por esta pequena quantidade que vem, não íamos agora recrutar pessoal, nós diretamente, e tratar disso. Obviamente que vamos contratar uma empresa para esse efeito.

Agora, quanto às outras questões, eu devo lembrar que este contrato que hoje vem aqui é uma alteração ao anterior, que em março foi aqui aprovado. Não sei se esteve atento, nessa altura. E aqui, o que é que se passou? Aqui foi muito atribulado o processo, é que nós também somos vítimas – não estou a dizer que não fazemos erros também, mas aquilo na Câmara está terrível. E baralharam-se de tal forma que também nos baralharam, porque da última vez que trouxe aquilo para cá, já tinha sido aprovado lá entre todos, mas ainda havia, de facto, uns anexos que estavam mal, mais umas palavras que estavam mal. E portanto, houve algumas dificuldades que nos obrigaram a trazer agora esta versão de alteração, para ficar tudo como deve ser, porque a Câmara também se tinha enganado em algumas situações. E como o ótimo é inimigo do bom, e teve que ser muito rápido a tomar decisões, senão não levávamos nada – olhe, esse da Casa Aberta, teve que ser mesmo assim; nós até podíamos ter alguns projetos, mas com estas complicações e com os prazos, não conseguimos mesmo em tempo útil arranjar uma verba para isso. Mas, temos já neste momento a compreensão, porque isto foi definido, porque os meus colegas também reclamaram, e neste momento está claro que estas verbas poderão ser tiradas de um lado para o outro, se assim for entendido. Há maior flexibilidade. Portanto, mesmo o Casa Aberta, que está aí, pode ser utilizado, se acharmos que é útil para alguns projetos que nós tenhamos, e a Câmara aceita isso.

Portanto, nesse caso concreto, eu posso dizer-lhe que podíamos eventualmente, com mais tempo, termos ainda obtido mais verbas, houve umas Juntas que tiveram muito mais, outras que tiveram menos, foi o possível, porque temos tido imenso trabalho, e a nossa capacidade para analisar tudo isto em situação útil não é fácil, isto teve que ser muito rápido, mas este vem complementar o anterior.

Mas, temos aqui fundamentalmente algumas áreas que nos interessavam, com base nesta proposta, que até foi a Câmara que nos disse se estávamos interessados em fazer esse CDC, ou não, e nós respondemos afirmativamente. Mas, eu conheço algumas Juntas, pelo menos algumas que não disseram que não, mas que foram para muito menos; outras também para muito mais – não sei como é que conseguiram, se calhar têm uma capacidade técnica superior à nossa. Mas, isto, também como lhe disse, foi com base nas soluções. Agora, está a falar de

casos concretos, em que bairro é que vai ser feito? Isto aqui é no espaço público, e nós estamos no dia a dia a promover intervenções em todo o sítio. Isto não é assim. Por exemplo, eu agora podia dizer o que é que está previsto amanhã, para começarem os homens a arranjar. Temos uma lista de trabalhos diária de coisas que vão sendo feitas, e que no final de cada semana vamos tomando conhecimento do que foi feito, de trabalhos no espaço público. E isto é terrível, porque no meio disto tudo temos tido, além da chamada e célebre auditoria do Tribunal de Contas – nós somos campeões, já tivemos a auditoria também do Instituto do Livro e Arquivos, e agora tivemos inspeções da ASAE, chegarem a um parque infantil e está aqui um prego, ou está aqui uma corda solta – isto é terrível. Sabe o que é que isso significa? Ter um homem, ou quase, por cada parque infantil, por cada instalação de *fitness*, que nós andámos a proliferar aí por toda a freguesia, tem que ter um livrinho próprio com um bilhete de identidade, senão são coimas de cerca de 30.000€ da ASAE. E os órgãos andam em cima de nós. Eu sei que é por mero acaso, não é por ser a Junta de Belém, pronto, mas andam em cima de nós.

Portanto, o que eu lhe quero dizer é que eu não posso dizer agora assim, porque são dezenas e dezenas de intervenções que nós fazemos durante uma semana, de manutenção. Olhe, colocação de novos, é o dia a dia. O mais difícil nem é fazer; é manter. Se nós conseguirmos manter o que temos em condições, é fantástico, mas é um trabalho épico. Nos jardins é um bocadinho melhor, já está melhor, está muito melhor, temos as nossas brigadas de intervenção rápida a funcionar, neste momento, muito melhor, e temos forma de atestar isso.

E por isso mesmo, essa pergunta que estava a fazer – desculpe lá, não sei se alguma vez já foi autarca – não se coaduna nada com os casos concretos que nós temos aqui no dia a dia, quando estamos aqui a defender o interesse público e a arranjar os problemas da população. Isso não pode ser visto dessa forma, isso era o trabalho de um burocrata. Antigamente é que quando não havia verbas, o Presidente de Junta recebia os pedidos e fazia um ofício, e já mandei para o Presidente da Câmara ir lá resolver, e depois eles hão de resolver. Hoje não, somos nós que resolvemos isto. E portanto, isto não pode ser visto dessa forma. Se não somos nós, mais ninguém resolve.

E portanto, isto é mais um reforço a tudo aquilo que nós já temos previsto para o espaço público, e isto é muito importante, porque nos vai dar mais capacidade de resposta. Vai-nos dar um pouco de trabalho, estes relatórios, percebo, tudo o que seja para maior transparência, para maior rigor, não obstante isso nos fazer perder um bocado mais de tempo e dar mais trabalho, acho que é importante, porque são dinheiros públicos, não podemos brincar, ainda por cima numa altura destas, de tantas dificuldades. Para já, não podemos brincar com dinheiros públicos.

E portanto, o que eu lhes peço e que tenham em atenção é que isto são verbas que vêm para nós, para nós podermos aplicá-las em prol da população. Portanto, isto é positivo. Se calhar podíamos ter tido mais; se calhar, mas não tivemos capacidade para mais, também podíamos ter tido muito menos. Isto é como em tudo na vida. Mas, como a política é a arte do possível, é o que nós conseguimos.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Para um esclarecimento complementar, eu pedia que fosse breve.

Josué Caldeira (PCP): Queria fazer uma pergunta muito direta: relativamente aos equipamentos desportivos, estão previstos 387.000€; o que é que a Junta de Freguesia vai fazer a este dinheiro, ou onde é que vai aplicar este dinheiro. Eu posso dizer-lhe que aceito a explicação do Sr. Presidente relativamente à primeira verba, aceito-a, e percebo o que está a dizer. Relativamente aos equipamentos desportivos, eu gostava de o ouvir.

Presidente da Mesa: Sr. Presidente, para responder.

Presidente do Executivo: Obrigado.

Bem, isto é daquelas coisas em que até sou capaz de precisar de mais, mas estou a entender-me com a Câmara e estou a levar lá os técnicos da Câmara – por exemplo, no caso da piscina, são várias centenas de milhares de euros, alguns vamos precisar dali, que venham ver, mas a piscina, estou a tentar fazer só uma vez por ano. Já chegámos à conclusão, porque é uma piscina muito cara, temos que fechar uma vez por ano, quando são as férias, e nessa altura faz-se a manutenção. É uma manutenção anual – pinta-se, tira-se a humidade, e outras coisas que têm que ser feitas, e umas rachas, coisas que têm que ser feitas agora, e outras coisas na piscina que têm que ser feitas, mas que não estão a afetar a segurança, e então, aproveitar-se para se fazer tudo isso quando for o encerramento da piscina, para também não deixarmos de receber as verbas que temos de receber, e também as pessoas poderem estar a usufruir da piscina. Portanto, o menos possível, fechar aquilo só uma vez ao ano, para fazer essas obras. E são várias centenas de milhares de euros.

Agora, no dia a dia, nós gastamos uma fortuna – repare, eu vou dar-lhe um exemplo: imagine, e passe a publicidade à Vecojuncal, por exemplo, é uma das empresas que já nos vendeu equipamentos de *fitness*. Nós somos obrigados, quando falta um parafuso, ou sei lá mais o quê, não podemos ser nós a pôr uma coisa alternativa ali, meter um torniquete, e tal; tem que ser uma coisa que tecnicamente tem que estar na referência que é aquela mesma, senão a ASAE cai-nos em cima. Isto é completamente ridículo. O parafuso tem que ser um parafuso que tem as mesmas qualidades e as mesmas características de um parafuso de origem da Vecojuncal, e quem vende é só a Vecojuncal. Mas, nós tentámos arranjar um parafuso parecido; se vai lá o homem, o inspetor da ASAE, e verifica que o parafuso não é o de origem da Vecojuncal, nós estamos metidos numa alhada. É terrível. Obviamente, eu não estou a dizer que de vez em quando não vamos, era o que mais faltava, há uma corda que não está bem, e que colide com a segurança, se podemos pôr outra, às vezes não vai a Vecojuncal, vai um outro equipamento que nós arranjamos igual. Mas, isto tem os seus riscos, depende das situações. Se forem situações muito melindrosas e que podem ter a ver com segurança – baloiços, por exemplo, e sei lá mais o quê – lá temos nós que resolver isso.

Agora, no dia a dia, estão coisas a ser estragadas. Dou-lhe um exemplo, os baloiços, está lá uma criancinha sem ter doze anos; nos baloiços, todas as noites vamos lá agora, estão lá sei lá quantos matulões a andar de baloiço ali, por exemplo, no jardim ao pé da Duarte Pacheco Pereira. E às vezes lá passa o Presidente da Junta: “Não tem mais de doze anos? Não esteja a fazer isso, que está a estragar isso”, e tal. E às vezes já está um partido ao lado, estão no outro. No dia a dia, andamos sempre atentos para ir conservando as coisas, que inevitavelmente, ao fim de algum tempo, são estragadas. Mas, o difícil não é fazer; é depois ir mantendo tudo em condições. Durante o ano – e por isso é positivo o livrinho, que o livrinho faz o registo das ocorrências que vamos resolvendo, porque se chega lá a ASAE e vê que isso está partido, nós podemos dizer: “Ainda na semana passada arranjámos isso”, e eles têm isso em consideração. Há uma semana estiveram a arranjar aquilo, mas já está outra vez estragado. E isto não é com um, é com vários. Ainda por cima uma Junta de Freguesia que se preocupa com o espaço público e com o desporto ao ar livre, como a nossa, que fomos os primeiros a pôr *fitness parks* ao ar livre aqui em Lisboa, e agora ficamos mais responsabilizados, porque agora temos que os manter, é evidente. Eu também falo nisto, numa situação particularmente melindrosa, que independentemente das voltas que mando os meus homens fazerem por essas instalações, mas o Presidente da Junta também vai fazendo quando anda de bicicleta – e isto para mim é inevitável – é passar pelos parques desportivos que nós temos ao ar livre, e ir diretamente às balizas, e pendurar-me nas balizas para ver se elas estão bem fixas. Eu também faço isso, porque tenho muito medo que possa haver algum deslize, e a responsabilidade é nossa.

Gasta-se muito dinheiro, em peças, em material, e por aí fora. Portanto, é um orçamento que, se calhar, ainda vai ser preciso mais. Mas, agora ainda é cedo para dizer se vai ser suficiente, ou não, mas tem que ser um orçamento significativo, porque além do mais, isso para nós é muito importante, que é espaço público, é desporto, é saúde – se tivermos os nossos fregueses a fazer desporto há menos possibilidades de ficarem doentes. E portanto, acho que isso é importante, até para o nosso Serviço Nacional de Saúde, estamos a colaborar para que fique mais robusto.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Mais um pedido de esclarecimento, Fernanda Santos.

Fernanda Santos (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu peço imensa desculpa, não me vou alongar, prometo, mas não posso deixar de dizer, com todo o respeito, o seguinte, Sr. Presidente: eu teria muitas questões para lhe colocar acerca destes contratos, e de muitas outras coisas, mas fico preocupada – e só quero deixar este registo – que o Sr. Presidente me justifique um milhão de euros que estão a ser transferidos pela Câmara, nas condições em que foi possível, aquele dia a dia muito complicado, que este milhão vá ser utilizado no dia a dia. Aquilo que acabou de responder ao nosso colega é que este

investimento, por exemplo, na área do desporto vai para os parafusos, ou possivelmente para as multas da ASAE por causa dos problemas do *fitness*.

E portanto, eu não acho aceitável, e era só esse registo que aqui queria deixar, e por isso não lhe vou fazer mais questões, porque senão vai-me falar de mais outros parafusos. E portanto, pensar que há um milhão de euros a ser transferido para uma série de programas, que vão estar a custear questões de dia a dia, não me parece que seja aceitável. É uma falta de estratégia, é uma falta de plano, é uma falta de orientação, já para requerer este investimento, porque aquilo que sabemos é que outras freguesias tiveram capacidade para requerer mais, o que esta não teve, e a seguir, vai ser utilizado para questões do dia a dia. Sr. Presidente, eu não tenho até mais questões, porque já sei que o senhor me vai responder da mesma forma como respondeu até aqui. Mas, é uma oportunidade, uma vez que há um incremento significativo de investimento – agora parece-me que sim, que é investimento – que ele não seja usado em despesa. Era o que o meu colega Óscar – que agora já cá não está – estava a referir há pouco, que haja verdadeiramente investimento em novos programas, novas iniciativas, e que isto não seja utilizado para parafusos.

Muito obrigada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Mais algum comentário ou esclarecimento, Sr. Presidente?

Presidente do Executivo: Sr. Presidente, podia estar à espera de tudo, menos disto, desculpe lá. Sra. Doutora, não vamos tão longe, um dos objetivos fundamentais para a cidade de Lisboa é melhorar a qualidade de vida e o ambiente. Importa nesse contexto promover intervenções que assegurem uma manutenção cuidada e segura do espaço – repito, uma manutenção cuidada e segura do espaço público, de espaços pedonais e de zonas de fruição e de lazer, assim como medidas de promoção de segurança e sustentabilidade da mobilidade. Portanto, uma manutenção cuidada e segura, está aqui, *ipsis verbis*. Isto é o dia a dia, é uma nossa obrigação; se não formos nós, mais ninguém faz isto.

Portanto, é evidente – desculpe lá, não tem experiência em autarquias, é o nosso dia, é o dia a dia; o nosso trabalho é o dia a dia. Hoje já há algumas coisas programadas, mas há algumas que vão ter que passar à frente, porque há coisas mais urgentes que hoje aconteceram à noite, e que amanhã vão ter que ter prioridade, porque às vezes nem temos fins de semana nem feriados. Desculpe lá, eu estou a ler aqui, “*que assegurem uma manutenção cuidada e segura do espaço*”, uma manutenção cuidada dos equipamentos. Isto é uma obrigação que nós temos. Nós temos verbas que vêm para este efeito, ??? que já tínhamos também para isto, e vamos gerindo isto no dia a dia. Isto não é o Governo, lá com coisas grandes, abstratas, e tal, a gerir o país. Também sei como é que isso se gere, já andei por lá, em gabinetes de Primeiros Ministros, e tal, nem sabemos bem o que é que se está a desenvolver, porque é tanta coisa. Agora, aqui é diferente, é o dia a dia, é para resolver os problemas concretos das pessoas, claro.

Agora, não me diga que isto é a presunção de dizer que sei tudo, não é nada disto, mas já cá estou há uns aninhos, e na prática sei como é que isto é. Não me estou a queixar, é a vida, é assim, é o dia a dia. Se alguma vez vierem para este lugar, vão ver que eu tenho razão, na prática. São coisas diferentes, é a realidade do dia a dia de um autarca de freguesia.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente. Faça favor.

Helena Ramalho (PSD): Boa noite a todos.

Eu peço desculpa, mas tenho que tentar pelo menos dizer alguma coisa no que diz respeito às despesas. Investimento é despesa, bem como correntes e despesa de manutenção são despesa também. Os protocolos, ou este tipo de contratos, são feitos, direcionados e consignados a dois tipos de despesas: ou manutenção, ou investimento. E aqui, este concretamente diz claramente “manutenção”, que é também o prego, o parafuso, é tudo isso. É manutenção. Portanto, quando a Câmara assina o contrato com as Juntas, é direcionado, é consignada a despesa. Portanto, a Junta não pode alterar o destino daquela verba. Se diz manutenção, é manutenção; se diz investimento, é investimento, ponto. Como estavam a falar de despesa, é que investimento é despesa, bem como corrente é despesa. Há esta divisão da despesa em corrente e capital. Da capital, parte é investimento, outra parte não é, é só capital. A distinção é que uma transferência pode ser uma transferência de capital, para uma entidade qualquer, porque essa entidade vai fazer uma determinada obra; o investimento é sempre obra em casa própria. Foi só um pequenino esclarecimento, um pequenino contributo para a discussão.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Helena Ramalho. Não se trata propriamente de uma pergunta, e portanto, presumo que o Sr. Presidente não tenha a acrescentar. Se quiser, com certeza.

Presidente do Executivo: Só para agradecer à Dra. Helena Ramalho – aliás, já trabalhámos várias vezes no Gabinete do Presidente da Câmara, eu até a chamava de Ministra das Finanças. Portanto, mais uma vez, agradeço à Sra. Ministra das Finanças este esclarecimento, que bem me ajudou, na altura, lá no Gabinete, quando tínhamos várias dificuldades.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Penso que estamos em condições, então, de votar agora. Vamos votar separadamente, como foi requerido.

O Ponto n.º 6-A, relativo à manutenção e regeneração de espaços verdes e áreas expectantes da área geográfica da Freguesia de Belém. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado por unanimidade.

Passamos à votação, então, do 6-B, Alterações ao CDC – Nova Geração de Protocolos, aprovado na Assembleia de Freguesia em 12 de março de 2019. Quem

vota contra? Quem se abstém? Aprovado, com uma (1) abstenção, do representante do Partido Comunista Português. E portanto, os restantes votos a favor – que são menos um, porque um dos vogais do Partido Socialista teve que se ausentar, entretanto.

Pode, já permiti noutros casos, não o posso impedir a si.

Josué Caldeira (PCP): Primeira questão, este programa e este contrato de delegação de competências é um contrato a que damos uma relevância muito grande. Podia ser utilizado para a resolução de problemas estruturais da freguesia.

O nosso voto no sentido da abstenção é pelo seguinte: nós não podemos acompanhar a Junta de Freguesia quando, com uma verba deste tipo, a Junta de Freguesia manifestamente não tem estratégia para a utilização destes recursos públicos, e creio que até subvertendo o próprio princípio do contrato de delegação de competências.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Passamos agora ao **Ponto n.º 7** da ordem de trabalhos, Informação escrita do Presidente.

Sr. Presidente, penso que o documento foi distribuído, e portanto, é do conhecimento, não necessitará de mais intervenção sobre esta matéria, digo eu. Pergunto só se algum dos vogais da Assembleia de Freguesia querará pedir, a este propósito, algum esclarecimento ao Sr. Presidente.

Teresa Almeida, do Partido Socialista, por favor, a palavra é sua.

Teresa Almeida (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Eu só queria fazer aqui um comentário, que não me parece que fosse muito apropriado por parte do Sr. Presidente, logo na primeira folha do documento, fazer aqui um protesto relativamente à questão da Escola Secundária do Restelo e do suposto desvio de verbas. Eu penso que isto foi um assunto de conhecimento geral, até porque foi muito transmitido na comunicação social, e eu acho que uma Junta de Freguesia tem que ter uma postura um pouco mais responsável do que aliar-se a uma manifestação de protesto.

E digo isto por quê? Porque esta verba, que não foi, ou não está a ser aplicada na Escola Secundária do Restelo, está a ser aplicada numa escola da freguesia, na Escola Paula Vicente, dado que houve uma situação de emergência relativamente a uma derrocada de um muro, e que, de certa maneira, teve que haver uma intervenção de urgência. Esta intervenção de urgência não foi ignorada pelos responsáveis; o Sr. Presidente do Agrupamento foi parte nesta solução, e por acaso ele até é da Escola Secundária do Restelo, mas ele foi parte na solução de aplicação da verba – o que até motivou aqui um comunicado da própria Associação

de Pais e Encarregados de Educação da Paula Vicente, de certa maneira, enfim, incomodados com todo o alarido, embora – e nesse aspeto estaremos todos de acordo – o que era interessante era que houvesse verba para ambas as situações: que houvesse uma verba para poder acorrer ao desmoronamento, e que também pudesse manter a intervenção na Escola Secundária do Restelo.

Mas, aquilo que eu quero referir aqui é que isto foi uma situação que foi falada, que foi exposta, e que foi de certa maneira aceite pelo Agrupamento de Escolas do Restelo, e portanto, partiu de um pressuposto relativamente colaborativo. E portanto, acho um pouco descabido haver aqui uma manifestação em que ignora tudo isto, e apenas diz que está em protesto também contra o Ministério da Educação. Não me parece adequado.

E por outro lado, tendo havido por parte de membros desta Junta de Freguesia um grupo de trabalho que teve um resultado que penso que foi muito positivo, que até motivou uma sessão extraordinária, em que se falou de todas as escolas da freguesia, já agora que este tema estava aqui presente por este protesto, também fazer um ponto de situação do que é que evoluiu, o que é que evoluiu, o que é que a Junta de Freguesia tem a dizer relativamente a toda esta preocupação que foi aqui manifesta pelos autarcas da freguesia, que as próprias Associações de Pais aqui estiveram presentes, que há lacunas que foram apontadas à própria responsabilidade da Junta, e já agora, por que é que também não refletem aqui essa visão mais global.

Portanto, é apenas este reparo que eu tenho a fazer, manifestando a minha estranheza perante esta desadequação.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Penso que também é sobre este assunto, fez-me sinal agora, até porque integrou o grupo que efetuou o trabalho que foi referido agora pela vogal Teresa Almeida. Houve um grupo que fez um trabalho, e nesse sentido é que me expressei no passado, mas obviamente integrou e integra o grupo que elaborou o trabalho, e que elaborará e continuará seguramente a elaborar o trabalho. Pediu-me a palavra, e eu dou-lhe a palavra nessa qualidade, porque acho que faz sentido, uma vez que foi referido, antes de devolver a palavra ao Sr. Presidente do Executivo, para esclarecer.

Margarida Cabral (PSD): Só esclarecer aqui uma questão: a verba que foi alocada à Paula Vicente não teve o acordo do Prof. Júlio; foi comunicado pela DGEstE, foi-nos comunicado em reunião que tivemos, foi-nos comunicado pela DGEstE, não a nós, comissão, mas em reunião que tiveram, e não houve qualquer acordo. Portanto, foi imposto pela DGEstE, mais nada.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Mais alguma intervenção ainda sobre isto? Josué Caldeira, PCP.

Josué Caldeira (PCP): É sobre a informação do Presidente, não é sobre esta questão.

Sr. Presidente, é só para fazer um reparo, um reparo que não é o primeiro, não é original, já outros membros desta Assembleia de Freguesia o fizeram noutras sessões, que é sobre a natureza deste documento, e o conteúdo que a Junta de Freguesia coloca neste documento.

Este documento, que é uma obrigação da Junta de Freguesia, não aparece no normativo da Assembleia de Freguesia por acaso, porque é um documento que deve ser utilizado como um documento de trabalho, para já de prestação de contas, de prestação de contas da Junta de Freguesia perante a Assembleia de Freguesia; e depois, é um documento que deveria ser utilizado como documento de trabalho por parte dos representantes da Assembleia de Freguesia.

Eu vou citar vários excertos do documento, para dizer que se o texto que a Junta de Freguesia coloca neste documento é desta natureza, então talvez a sugestão a fazer à Junta de Freguesia é que se poupe ao trabalho. *“O Programa de Envelhecimento Ativo e Saudável continua o seu percurso.” “O Projeto Intervir faz o seu caminho no terreno.” “O Pequenas Ajudas são ações voltadas para dar soluções aos problemas das pessoas.” “O Gabinete da Cidadania continua a ter uma grande adesão dos cidadãos.” “O atendimento social continua a ser prestado com grande qualidade.”*

Sr. Presidente, eu podia dispensar a leitura deste documento e ler o Boletim, só que o Boletim é um documento de informação ao público; aqui, o discurso tem que ser outro. Tem que ser outro, porque é um discurso de um órgão de governação local perante outro órgão de governação local. E deixe-me dizer-lhe que este discurso não me honra, porque eu daqui não consigo tirar conclusões nenhuma, não consigo avaliar, não sei o que é que é feito.

E portanto, acho, e volto a dizer, este reparo não é original, já outros o fizeram, e eu creio que a Junta de Freguesia deveria reequacionar a informação que coloca na informação escrita do Presidente da Junta à Assembleia de Freguesia, para cumprir com os objetivos que este documento tem que cumprir.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado. Mais algum pedido de esclarecimento ou intervenção? Margarida Cabral.

Margarida Cabral (PSD): Em relação à Escola Secundária do Restelo, e independentemente do que está escrito na informação, eu acho que não é demais nunca insistir no problema das obras da Secundária do Restelo, e que o tema é mesmo que tem que haver verbas para as duas escolas. A Escola Secundária do Restelo é, há anos e anos, e todos os Partidos políticos têm responsabilidade nisso, preterida em tudo o que são obras – não entrou na Parque Escolar. E portanto, se não há uma posição forte da Junta, dos pais, etc., isto vai continuar a ser sempre assim.

E portanto, nesse sentido, eu acho que é fundamental, de facto, que a Junta tome uma posição, por causa de não haver verbas para as obras na Escola Secundária do Restelo.

Presidente da Mesa: Muito obrigado.

Eu não queria acrescentar mais nada sobre isso, mas só dizer, e deixar à atenção do grupo – de resto, já falaram várias pessoas que compuseram precisamente esse grupo – o acompanhamento dessa situação, e eventuais desenvolvimentos em relação a isso, porque, enfim, não queria ser comentador do que foi dito, mas, quer dizer, consensualizando até um bocadinho as referências que fizeram, o problema, de facto, é que o investimento é feito numa escola da freguesia, é verdade, que teve uma situação de urgência, é verdade. Mas, depois de toda a expectativa de que finalmente aquele problema se ia resolver, é normal também a frustração da Associação de Pais e dos alunos da Escola Secundária do Restelo, que finalmente tinham alguma expectativa de ver o problema resolvido, e não o viram. Mas, eu penso que isso deverá ser consensualizado. Eu não estou a tentar intervir no debate, nem a lançar mais achas para a fogueira, fica só à atenção do grupo, e o grupo seguramente saberá refletir sobre isso e encontrar os melhores caminhos.

Sr. Presidente, dou-lhe a palavra, há questões que foram levantadas. Faça favor.

Pedro Rodrigues (PS): Boa noite a todos, é a primeira vez que estou a intervir hoje, nesta sessão.

Eu penso que aquilo que a Bancada do Partido Socialista quis referir não foi retirar a importância de alocar à Escola Secundária do Restelo uma verba significativa para aquelas obras, ou até para outras que nós sabemos que são necessárias, nomeadamente o pavilhão desportivo. A questão que nós queríamos aqui referir é que nesta informação escrita deveria haver – e o Sr. Presidente não teve oportunidade de estar na totalidade da reunião, mas foi uma reunião muito interessante, muito positiva e muito construtiva – de poder agora aqui refletir sobre esse assunto. E era nesse sentido que nós queríamos ver, não só expressa nesta informação escrita essa questão, mas uma questão mais alargada, de todo o trabalho que tem sido desenvolvido, e nomeadamente por este grupo que faz parte da comissão, e dos resultados. Portanto, é nesse sentido que nós gostaríamos que ficasse vinculada na informação escrita essa leitura. Não era, de modo algum, de tirar a importância do reforço da verba, nomeadamente para a Escola Secundária do Restelo, que é obrigatória e é fundamental que se mantenha.

Obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Arquiteto.

Só dizer que, da minha parte, não quis sequer interferir nisso, nem me cabe responder em nome do Executivo – o Sr. Presidente responderá em nome do Executivo e das posições do Executivo, e a informação escrita é uma informação do Presidente, é uma informação proveniente do Executivo. Foi só, uma vez que

esse assunto tinha sido introduzido, e precisamente por considerar – não foi unânime, eu sei, mas também nada nunca é unânime em democracia, mas foi quase unânime um certo consenso de valorização do trabalho do grupo, dizer só que uma vez que o assunto tinha sido introduzido, deixar um estímulo ao grupo para que não deixasse de o acompanhar. Só da minha parte, e é só isso, porque isso foi uma posição maioritária, teve uma votação – por acaso, na altura, acabou por ser unânime dos presentes, apesar de ter havido uma discordância prévia, com toda a legitimidade, como é evidente.

Dou agora, então, a palavra, para responder às várias referências que foram feitas, e aos pedidos até de esclarecimento e críticas quanto ao modelo da informação escrita que foram feitas, ao Sr. Presidente, para uma última intervenção, presumo.

Presidente do Executivo: Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia.

Eu vou dizer-vos uma coisa: obviamente que já estava à espera que acontecesse algum facto estranho para dar um argumento ao Governo Central, para arranjar um argumento para não continuar as obras e poupar aquele dinheirinho, que tanta falta faz ao Ministro Centeno. Vamos lá ver se nos entendemos: eu já estava à espera disto, já estava à espera que ia acontecer qualquer coisa, porque reparem uma coisa, estamos a falar de uma verba de cerca de 800.000€ que faltava para os dois anos. Um muro não são 800.000€. Caiu um muro na Escola Paula Vicente, se fossem buscar lá um bocado, tudo bem; agora, aproveitarem isto, é vergonhoso, para dizerem que agora não podemos fazer a obra da Escola Secundária do Restelo porque caiu um muro no outro lado, temos que avançar para a Paula Vicente. Acho que é desculpa de mau pagador. Cá para mim, numa linguagem mais firme, é desculpa de vigaristas – que eu não acredito que sejam uns vigaristas que nos estão a governar, mas já estava de pé atrás. E posso-vos garantir que não fui atrás das pessoas; as pessoas é que vieram atrás de mim. Eu recebo uma chamada da Lusa para comentar esse facto, e eu já sabia que isso tinha sido imposto ao Presidente do Agrupamento de Escolas, que estava contra isso, mas foi obrigado a aceitar isso, coitado, isso é um facto. Mas, como eu sou uma pessoa livre, pude ser um bocadinho mais forte, e dizer, de facto, que é uma pouca vergonha o que se está a passar. E isto apareceu, realmente, no Público, e na Lusa, e tal, porque realmente me vieram pedir essas informações – não fui eu que fui atrás deles, atenção, vieram-me fazer esse pedido. Agora, é completamente caricato que 800.000€ não são para construir um muro, isto foi logo um argumento para poupar este dinheiro, que vai dar jeito agora.

Portanto, nós estamos aqui outra vez, como dizia ali a Dra. Margarida Cabral, em mais um ataque à Escola Secundária do Restelo, daqueles que aparecem assim numa noite de nevoeiro, está toda a gente a olhar para o lado, e pronto, acabou, fez-se aquele cenário, a três anos, 1.200.000€ para as obras, fez-se um ano e tal, pintou-se aquilo – com uma cor, aliás, de qualidade duvidosa, assim um roxo muito esquisito, e tal, e agora desapareceram as verbas e não sabem quando é que é. E não sei se repararam a nuance, A DGEstE diz: “Não, não acabou; é uma suspensão”, mas não dizem quanto tempo é que é. Isto é à boa maneira portuguesa, uma suspensão disto, vão ver quanto tempo é que isto vai demorar.

Portanto, vamos lá ver se nos entendemos, já não somos meninos de coro, eu fiz sessenta e três anos já, já sou sexagenário.

Agora, vamos lá ver uma coisa, há que fazer uma distinção ao que é um Boletim, e o que é uma informação escrita. São coisas diferentes. Obviamente que as matérias, muitas vezes, são iguais. Agora, vamos lá ver uma coisa: primeiro, eu não ando a reboque de ninguém para me dizer como é que quer a minha informação, ou não. Mas, também já estou habituado. Sabe por quê? Também estou na Oposição em alguns sítios, e nalguns casos com os senhores, na Assembleia Municipal. E pronto, o Presidente da Câmara, de vez em quando, também leva lá umas por causa do relatório de informação. Vocês estão sempre contra, e nós lá vamos dizendo algumas coisas, e tal, em relação ao Presidente da Câmara de Lisboa. Portanto, é sempre a norma, quem está na Oposição dizer mal do relatório e da informação do Presidente do órgão executivo; faz parte da coisa, estamos cá para isso. Agora, não posso andar a reboque de ninguém, e muito menos do Partido Comunista, como é evidente, nem ando a reboque de mais ninguém, já sou maior e vacinado.

Agora, dizia que isso não o honra, até ficava atrapalhado. Meu amigo, cada qual tem a sua opção, Deus me livre, já tive essa vacina aqui há uns anos, e já estou vacinado nesse aspeto. Sei ser um homem livre, sem estar sujeito a padrões de outros, que as pessoas me dizem para eu ler aqui, e tal. Não, isso não estou.

Portanto, a informação é a que eu acho que é útil, está aí. Quem gosta, gosta; quem não gosta, não gosta, também não é para ser votada. As pessoas são livres de ler ou não ler. O Boletim, a mesma coisa, há pessoas que leem e gostam, comentam e tal. Por quê? Porque aquilo retrata o que se vai fazendo na freguesia. Agora, é evidente que têm que haver matérias comuns, é o normal. Então, se é a informação escrita do Presidente num determinado período temporal, isso às vezes é coincidente com uma parte também do Boletim. Portanto, é natural que isto seja assim.

Agora, o que eu acho só triste no meio disto tudo é que, às vezes, apesar de sermos de correntes políticas diferentes, às vezes nestas coisas, até no dia a dia de uma autarquia de freguesia, até podia haver algumas coisas que pudessem ser mais ou menos, tudo bem, as coisas estarem bem feitas, uma coisa ou outra. Mas, não, corta, corta, corta. Mas, tudo bem, eu não fico desmoralizado com isso, porque eu estou sempre preparado para o pior – para o pior, isto é, para as dificuldades, porque acho que nada se faz sem dificuldades. Aliás, até desconfio quando o caminho está todo aberto. Gosto dos desafios, gosto das coisas difíceis, senão não estava aqui.

Muito obrigado.

Presidente da Mesa: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu penso que nós podemos dar por concluídos os nossos trabalhos. Temos que ler a ata em minuta, vou pedir à Dra. Margarida Cabral, se me fizer esse favor.

Margarida Cabral (1.ª Secretária, PSD): Ata em minuta:

“Nos termos e para os efeitos do art.º 57.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no n.º 4 do art.º 29.º do Regimento da Assembleia de Freguesia de Belém, foram apreciadas na Reunião Ordinária de 24 de abril de 2019 as moções e propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais das referidas propostas, a ata em minuta.

- Moção sobre o 25 de abril, apresentada pelo PSD e pelo CDS. Aprovada, com onze (11) votos a favor, um (1) voto contra, e nenhuma abstenção.

- Moção sobre o 1.º de maio, apresentada pelo PSD e pelo CDS. Aprovada, com onze (11) votos a favor, e uma (1) abstenção (PCP).

- Moção “Saudação pelo 45.º aniversário do 25 de abril”, apresentada pelo PS. Aprovada por unanimidade.

- Moção “Saudação ao 1.º de maio”, apresentada pelo PS. Aprovada por unanimidade.

- Moção de solidariedade para com o povo de Moçambique, apresentada pelo PS. Aprovada também por unanimidade.

- Moção “Pelo desenvolvimento e qualificação do serviço público de transporte na Área Metropolitana de Lisboa”. Aprovada, com cinco (5) votos a favor, e sete (7) abstenções.

- Moção “45.º aniversário da revolução de abril”, apresentada pelo PCP. Rejeitada, com cinco (5) votos a favor, cinco (5) votos contra, e duas (2) abstenções.

- Ponto n.º 3, Apreciação e votação dos Documentos de Prestação de Contas de 2018. Foram aprovados, com sete (7) votos a favor, e cinco (5) abstenções (PS, PCP).

- Ponto n.º 4, Apreciação e aprovação da 1.ª Revisão ao Orçamento e Opções do Plano de 2019. Foi aprovada também, com sete (7) votos a favor, quatro (4) votos contra (PS), e uma (1) abstenção (PCP).

- Ponto n.º 6, Ratificação de protocolos e contratos celebrados com o Município de Lisboa:

a) CDC – Manutenção e regeneração de espaços verdes e áreas expectantes na área geográfica da Freguesia de Belém. Foi ratificado por unanimidade, com onze (11) votos a favor.

b) Alterações ao CDC – Nova Geração de Protocolos, aprovado na Assembleia de Freguesia de 12/03/2019. Foi ratificado, com dez (10) votos a favor, e uma (1) abstenção (PCP).

Nos termos do n.º 3 do art.º 57.º do supracitado Regime Jurídico das Autarquias Locais, vai ser colocado à votação.”

Presidente da Mesa: Pronto, eu queria só fazer uma pequena retificação, com que o Josué Caldeira concordará certamente, que é que onde foi lido “PC”, passe-se a ler “PCP”, coisa que eu sei que é de sensibilidade para o Partido Comunista Português, pela minha experiência parlamentar. Não foi intencional, mas obviamente faremos essa retificação.

E pronto, penso que estamos em condições de concluir os nossos trabalhos. Temos que votar a ata. Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovada também por unanimidade.

Estamos, agora sim, em condições de concluir, bem dentro da hora. Muito obrigado a todos.